

Plano de Atividades 2023

Título

PLANO DE ATIVIDADES DGT 2023

Coleção

Documentos anuais de gestão

Coordenação, edição e tratamento de dados

Direção de Serviços de Planeamento, Relações Institucionais, Comunicação e Apoio

© DGT 2023

Direção-Geral do Território

Rua da Artilharia Um, n.º 107 | 1099-052 Lisboa | www.dgterritorio.pt

I QUADRO DE REFERÊNCIA PARA A ATIVIDADE EM 2023	3
1. - Introdução	3
2. - Referencial estratégico 2023	4
1. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA DGT	8
1.1. ENQUADRAMENTO E SUA NATUREZA, MISSÃO E ATRIBUIÇÕES	8
1.2. ESTRUTURA DA DGT	10
2. OBJETIVOS DA DGT PARA 2023	16
2.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	16
2.2. OBJETIVOS OPERACIONAIS	16
2.3. QUAR - QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO 2023	19
3. RECURSOS	22
3.1. RECURSOS HUMANOS	22
3.2. RECURSOS FINANCEIROS	23
4. REPRESENTAÇÕES INTERNACIONAIS	25
5. PLANO DE FORMAÇÃO	28
6. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	29
7. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	30
8. LISTA DE ABREVIATURAS	31
ANEXO. I - Projetos e Atividades 2023	33
ANEXO II - QUAR DGT 2023	41
ANEXO III - Plano de Formação DGT 2023	49

	I. QUADRO DE REFERÊNCIA PARA A ATIVIDADE EM 2023
--	--

1. Introdução

O Plano de Atividades da Direção-Geral do Território (DGT) para o ano de 2023 constitui o instrumento de gestão interna de referência para o desenvolvimento de projetos e atividades ao longo do ano e para o estabelecimento dos resultados a atingir pela instituição e pelos seus dirigentes e trabalhadores, dando cumprimento ao legalmente estabelecido.

O Plano de Atividades DGT 2023 teve como ponto de partida:

- i) a avaliação dos trabalhos realizados em 2022 e a aferição da concretização dos objetivos operacionais e dos objetivos estratégicos plurianuais;
- ii) a estabilização de mudanças organizacionais e funcionais positivas, introduzidas durante o período da pandemia, designadamente a diversificação dos regimes de trabalho, a generalização da desmaterialização e da digitalização e a adoção de novos circuitos e processos de trabalho;
- iii) as perspetivas de transformação e inovação configuradas pelo percurso de mudança e trabalho encetado em anos anteriores e pelos projetos estratégicos consagrados e reforçados em orçamento de investimento, financiados pelo PRR e pelo POCL.

Os projetos a prosseguir em 2023 foram definidos em consonância com a missão, atribuições e visão estratégica da DGT, com as obrigações do quadro legal e regulamentar aplicável, com as orientações específicas de gestão e execução das políticas públicas dos domínios da sua competência e com as oportunidades de transformação organizacional e de inovação da prestação de serviços, tendo em consideração o quadro de recursos humanos, financeiros e tecnológicos existentes e perspetivados face ao quadro de investimentos plurianuais aprovado.

O conjunto de projetos e atividades principais da DGT a desenvolver em 2023, inscritos no PA e, em parte no QUAR, traduz o compromisso interno e externo de realização ao longo do ano e visa concretizar os objetivos estratégicos e operacionais identificados.

O ciclo anual de gestão e o sistema integrado de gestão e avaliação de desempenho de trabalhadores e dirigentes serão orientados para o desenvolvimento e concretização do Plano de Atividades e do Quadro de Avaliação e Responsabilização da DGT.

O Plano de Formação da DGT para 2023 está alinhado com as necessidades operacionais do quadro de projetos e atividades principais e explora o potencial de formação interna e externa, num contexto de expansão generalizada da formação on-line.

2. Referencial estratégico 2023

O Plano de Atividades 2023 é guiado pelo referencial estratégico e traduzido nos cinco objetivos estratégicos de médio prazo, assumidos em 2020 e reformulados em 2022 e respetivos objetivos operacionais.

Assim releva-se a execução, em continuidade, da Agenda para o Território do PNPOT, a prosseguir através de projetos de governança e de execução de medidas de política, designadamente: i) a governação do PNPOT alicerçada no Fórum Intersectorial (FIS-PNPOT), constituído pela RCM nº 48//2020, de 24 de junho; ii) o desenvolvimento do Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo (OOTU), previsto na Lei nº 99/2019, de 5 de setembro, que aprovou a revisão do PNPOT; iii) a elaboração do Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) que, nos termos do previsto na Lei nº 31/2014, de 30 de maio, que aprovou as bases da política pública de solos, ordenamento do território e urbanismo, deve ser apresentado em cada dois anos; iv) os contributos para estratégias, programas e planos territoriais em desenvolvimento e, em particular, o acompanhamento dos Programas Regionais de Ordenamento do Território (PROT); v) a execução de medidas de política da responsabilidade da DGT, estabelecidas no PNPOT.

No âmbito do FI-PNPOT e do OOTU, em 2023, será prioritário desenvolver e operacionalizar a plataforma de cooperação institucional do FI, concetualizada em 2022, e dar início ao novo modelo de acompanhamento, monitorização e avaliação da execução do PNPOT, bem como prosseguir a melhoria contínua da plataforma do sistema nacional de indicadores territoriais do OOTU, reforçando a articulação com outros observatórios, na senda do trabalho já realizado com a plataforma ODSLocal, e com outros sistemas de informação estatística e geográfica, formalizando redes para o conhecimento das dinâmicas territoriais. No 1º semestre de 2023 será concluído o REOT 2022.

No que concerne à execução de medidas de política previstas no PNPOT, da responsabilidade da DGT, salientam-se os projetos no quadro da “valorização do território através da paisagem” e do “ordenar e revitalizar os territórios da floresta”, a prosseguir, quer no âmbito do Programa de Transformação da Paisagem (PTP), com a dinamização da implementação e desenvolvimento de Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) e da promoção de Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP) em territórios florestais vulneráveis, incluindo operações de cadastro. Neste domínio, em 2023, será concluída a

discussão pública de quatro PRGP, concluída a elaboração para discussão pública de outros quatro e iniciada a elaboração de sete novos PRGP e serão, ainda, emitidos pareceres finais às OIGP cujo prazo de elaboração termina neste ano. No âmbito da Política Nacional de Arquitetura e Paisagem releva-se a apresentação da candidatura portuguesa ao prémio europeu da paisagem e a realização da conferência anual e do ciclo de workshops trimestrais, nos termos do previsto no Plano de Ação 2021-2024.

Mais se salientam os projetos no quadro da “promoção da informação geográfica”, incluindo projetos nos domínios da cartografia topográfica, da cartografia temática, do cadastro e da informação geográfica em geral, todos guiados por uma estratégia de dados abertos e de criação de valor a partir do conhecimento do território, ao serviço das entidades da administração pública das empresas e dos cidadãos.

São particularmente relevantes, o desenvolvimento da Base de Dados Nacional de Cartografia (BDNC), que permitirá a sistematização e disponibilização aberta de conjuntos de dados geográficos produzidos por diversas entidades da administração central e local e empresas, promovendo o valor social da informação geográfica e a reutilização de dados com retorno para a economia, bem como os procedimentos de aquisição de dados LiDAR e de imagens de satélite de muito grande resolução espacial para o território continental, prevendo-se ainda o início de procedimentos atinentes à valorização do Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG).

Em simultâneo será iniciado o projeto PoinT – Portal da Informação Territorial que visa escalar a informação do Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT) e desenvolver novas funcionalidades, nomeadamente no âmbito do projeto IntellGT, que tem como objetivo trabalhar a componente analítica dos regulamentos dos planos territoriais no quadro da agenda mobilizadora *Transform* apoiada pelo PRR.

O Sistema Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS) concebido e entrado em operação em 2022, será o grande sistema de produção de cartografia temática de uso e ocupação do solo e de produção de indicadores territoriais baseados em dados de observação da terra. Neste domínio prevê-se a consolidação da DGT como centro de competências em deteção remota e inteligência geoespacial, através do reforço dos seus serviços técnicos e das valências de investigação, designadamente mediante estabelecimento de novas parcerias com centros de ciência e inovação e do reforço da carreira de investigação.

No domínio da informação cadastral, terminada em 2022 a 1ª fase do projeto de vetorização e atualização do Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica (CGPR), aponta-se em 2023 para a melhoria do visualizador de cadastro sediado no portal da DGT e para a entrada em produção da plataforma de apoio ao fracionamento da propriedade. Sendo exetável a aprovação, em

2023, do novo Regime Jurídico do Cadastro Predial, será implementada a reforma do Sistema Nacional de Informação Cadastral

Na prossecução de todas estas medidas de política, pretende-se garantir a produção regular de produtos cartográficos, da responsabilidade da DGT, destinados a suportar outros projetos internos, como a produção de indicadores das dinâmicas territoriais e o controlo do fracionamento da propriedade fundiária, no âmbito da conservação do cadastro, bem como, a contribuir para projetos de entidades externas que carecem de informação consistente e regular sobre o uso e ocupação, nomeadamente no quadro do Sistema Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, do Sistema de Gestão Territorial e do Sistema Estatístico Nacional.

No quadro da “dinamização das articulações interurbanas e dos subsistemas territoriais”, salienta-se a entrada em produção da plataforma i-Território e o início da elaboração de análises territoriais a serviços de interesse geral, com o envolvimento de uma rede de parceiros.

Em 2023 serão concluídos os trabalhos da Iniciativa Cidades Circulares (InC2) que promove a constituição de redes de cidades circulares, visando potenciar a partilha, transferência e capitalização do conhecimento das cidades, apoiar os municípios e as comunidades locais no planeamento da ação para a economia circular e proporcionar condições para ações urbanas inovadoras, culminando na aprovação dos Planos de Ação Local e na realização de eventos de comunicação dos resultados.

Sobressaem ainda um conjunto alargado de projetos cruciais que suportam o desenvolvimento da missão da DGT e a melhoria da qualidade do seu desempenho, como sejam: i) os que se relacionam com a operação dos sistemas de informação geográfica, territorial e cadastral e com as bases de dados e plataformas de suporte destes sistemas, ii) os que dizem respeito a atividades de regulação das atividades de produção de cartografia e cadastro; iii) as atividades de investigação e participação em projetos de desenvolvimento experimental; iv) as atividades de modernização administrativa e transição digital dos serviços da DGT.

Será dada continuidade, em 2023, à ampliação e melhoria de bases de dados e plataformas eletrónicas de suporte, de que são exemplo, o alargamento da plataforma de Submissão Automática de Instrumentos de Gestão Territorial (SAIGT) e a gestão e melhoria contínua da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) e da plataforma dos Técnicos de Cadastro Predial (TCP).

Na área da administração e comunicação institucional, será continuada a linha de comunicação encetada com o novo Portal da DGT, operacionalizado em 2020, e com a inovação aplicada aos sistemas de informação geográfica e territorial aprofundando as relações com outras instituições e utilizadores e com os cidadãos, através de parcerias e de esquemas de informação

geográfica voluntária, em alinhamento com os objetivos de transparência administrativa de desmaterialização e simplificação de procedimentos, de digitalização e de abertura dos dados geográficos.

1. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA DGT

1.1. ENQUADRAMENTO E SUA NATUREZA, MISSÃO E ATRIBUIÇÕES

ENQUADRAMENTO

A Direção-Geral do Território, abreviadamente designada por DGT, foi criada pela Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, através do Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro, tendo a sua orgânica sido aprovada pelo Decreto-Regulamentar n.º 30/2012, de 13 de março.

Através do Decreto-Lei n.º 153/2015, de 7 de agosto, a estrutura orgânica da DGT foi alterada, por forma a prever a prestação centralizada de serviços comuns aos serviços da administração direta então integrados no Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. Com transição para área governativa da Coesão Territorial a referida prestação centralizada de serviços passou a ser assegurada pela Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

A estrutura nuclear da DGT, bem como as competências das diversas unidades orgânicas nucleares encontra-se plasmada na Portaria n.º 265/2015, de 31 de agosto.

Atualmente a DGT encontra-se na área governativa da Coesão Territorial, dependendo do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território.

NATUREZA

A DGT foi criada pelo Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro, sendo um serviço central integrado na administração direta do Estado, no âmbito do Ministério do Ambiente (Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro), dotado de autonomia administrativa (Decreto-Regulamentar n.º 30/2012, de 13 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 153/2015, de 7 de agosto).

Missão

Prosseguir as políticas públicas de ordenamento do território e de urbanismo, bem como a criação e manutenção das bases de dados geográficos de referência.

Visão

Instituição de referência na promoção do desenvolvimento territorial, reconhecida pelos resultados do seu trabalho nos domínios da valorização do território, da valorização da informação geográfica e do cadastro predial e da investigação e experimentação para inovação, bem como pelas suas práticas de transparência e abertura institucional.

Valores

Profissionalismo - prosseguindo o interesse público e a criação de valor para a sociedade

Competência - prestando serviços de qualidade e relevante interesse para a administração, empresas, organizações e cidadãos

Responsabilidade - garantindo o rigor e a ética e assegurando boas práticas sociais, económicas e ambientais

Transição Digital e Inovação - incrementando o conhecimento, promovendo a melhoria continua de processos, métodos e práticas e fomentando novas tecnologias de informação e comunicação

Transparência - assegurando a prestação de contas e a abertura institucional

Compromissos

- Valorização do território e da informação geográfica
- Transição digital
- Cooperação institucional

Destacam-se as seguintes:

1.	Contribuir para a definição das políticas públicas nacionais de Ordenamento do Território, Cidades e Paisagem, de Cartografia e Informação Geográfica e de Cadastro, promovendo a sua execução e assegurando a respetiva monitorização e avaliação
2.	Promover a implementação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e assegurar a produção do Relatório de Estado do Ordenamento do Território Nacional (REOT)
3.	Desenvolver sistemas de informação geográfica e territorial - Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT), Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG) e Sistema Nacional de Informação Cadastral (SNIC) - bases de dados e plataformas colaborativas para sistematização e disponibilização de informação geográfica e garantir o funcionamento do Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo (OOTU)
4.	Produzir, sistematizar e disponibilizar informação geográfica oficial nacional
5.	Regular o exercício de atividades e a qualidade da produção nos domínios da cartografia e cadastro
6.	Desenvolver projetos de investigação e desenvolvimento experimental inovadores e demonstradores de boas práticas, nos domínios da sua competência
7.	Coordenar a atividade de órgãos consultivos, designadamente a Comissão Nacional do Território, o Conselho Coordenador de Cartografia, o Conselho Orientador do Sistema Nacional de Informação Geográfica e a Comissão de Arquitetura e Paisagem e integrar o Conselho Superior de Obras Públicas
8.	Assegurar a representação nacional e internacional nos domínios da sua competência.

1.2. ESTRUTURA DA DGT

A DGT é dirigida por uma diretora-geral, coadjuvada por três subdiretores-gerais, os quais exercem as competências que lhes forem delegadas ou subdelegadas.

A DGT estrutura-se nas seguintes unidades orgânicas nucleares:

Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT);

Direção de Serviços de Informação Cadastral (DSIC)

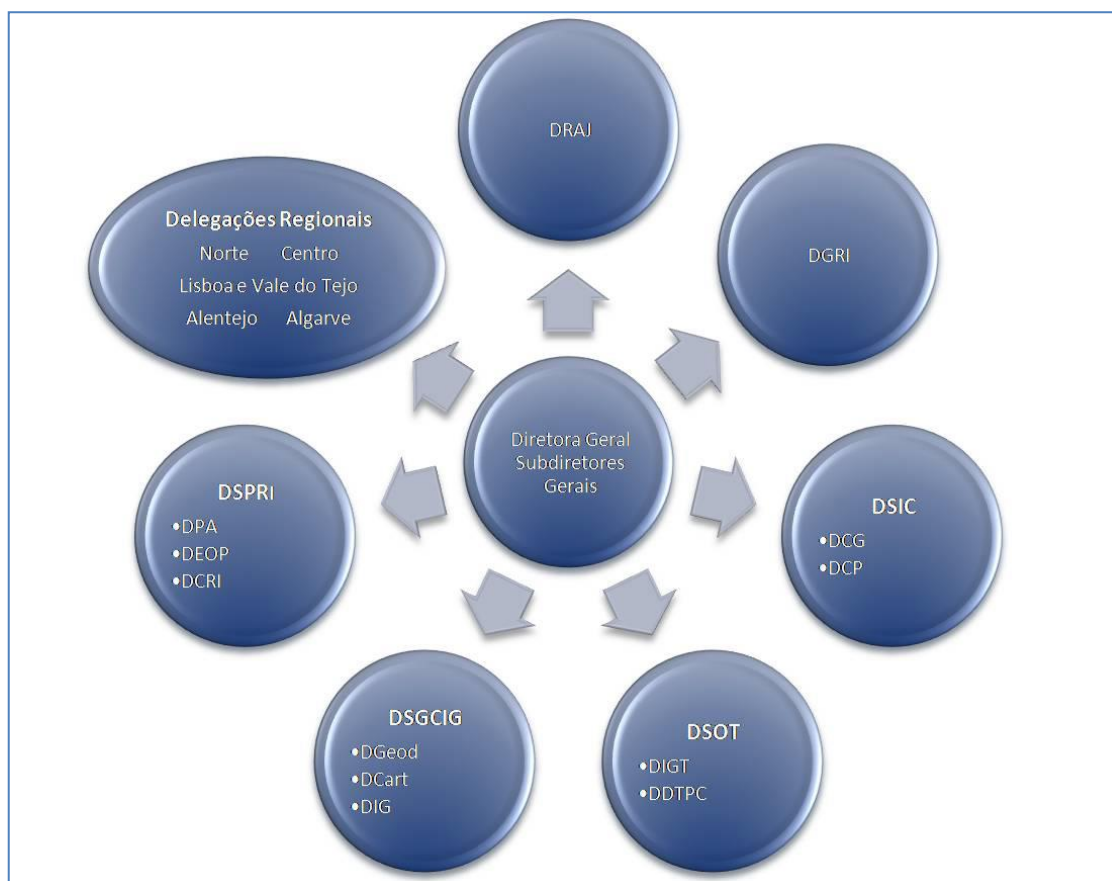
Direção de Serviços de Geodesia, Cartografia e Informação Geográfica (DSGCIG)

Direção de Serviços de Planeamento, Relações Institucionais, Comunicação e Apoio (DSPRI)

Divisão de Regulação e Assessoria Jurídica (DRAJ)

Divisão de Gestão de Recursos Informáticos (DGRI)

Equipa multidisciplinar: **Inovação e Gestão de Dados para Indicadores Territoriais**



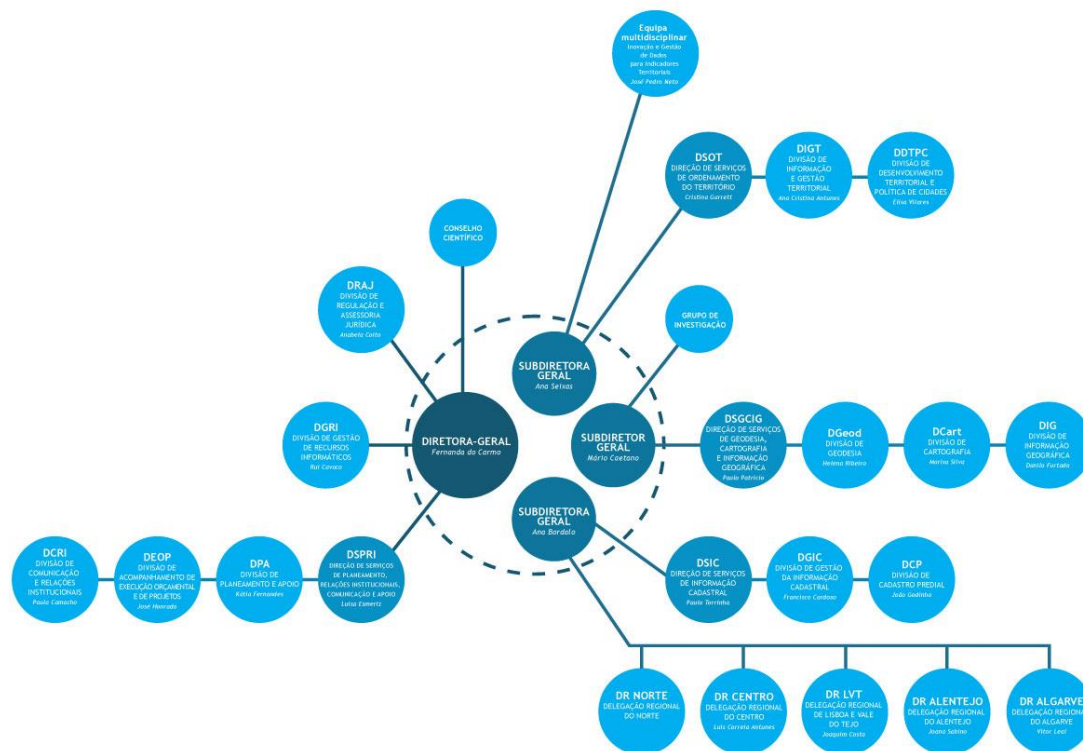
As **Delegações Regionais**, previstas no artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 30/2012, de 13 março, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 153/2015, de 7 de agosto, e no n.º 7 da Portaria n.º 265/2015, de 31 de agosto, são unidades flexíveis, em número de cinco, com competências no âmbito das atribuições da DGT, que prestam apoio às unidades orgânicas, quando solicitado:

- a) Delegação Regional do Norte, com sede em Mirandela, e com uma extensão em Santa Maria da Feira
- b) Delegação Regional do Centro, com sede em Castelo Branco e com uma extensão em Condeixa-a-Nova;
- c) Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, com sede em Santarém;
- d) Delegação Regional do Alentejo, com sede em Beja;
- e) Delegação Regional do Algarve, com sede em Faro e um posto de atendimento em Portimão.



O **Conselho Científico** da DGT é um órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação e nas tomadas de decisão da diretora-geral no que se refere à atividade científica da DGT. Esta atividade é assegurada por um grupo de investigadores, funcionalmente dependentes da direção da DGT.

ORGANOGRAMA DA DGT



Junto da DGT funcionam a Comissão Nacional do Território, o Conselho Coordenador de Cartografia e o Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica:

Comissão Nacional do Território

A Comissão Nacional do Território (CNT) foi criada pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, com a atribuição de coordenar a execução da política nacional do ordenamento do território, sustentada em indicadores qualitativos e quantitativos dos instrumentos de gestão territorial, restrições de utilidade pública e servidões administrativas.

A CNT funciona na dependência do membro do Governo responsável pela área do ordenamento do território, competindo-lhe:

1. Acompanhar a aplicação e o desenvolvimento do disposto na lei de bases de política pública de solos, do ordenamento do território e urbanismo;
2. Emitir pareceres e recomendações sobre questões relativas ao ordenamento do território, por sua iniciativa ou a solicitação do membro do Governo responsável pela área do ordenamento do território;
3. Acompanhar e monitorizar a elaboração do relatório nacional sobre o estado do ordenamento do território;
4. Recomendar a elaboração, alteração ou revisão dos relatórios periódicos de avaliação sobre o desenvolvimento das orientações fundamentais do programa nacional da política de ordenamento do território, em especial sobre a articulação das estratégias setoriais;
5. Apresentar à DGT propostas de elaboração de normas técnicas e procedimentos uniformes para todo o território nacional a aplicar pelos organismos com responsabilidades e competências em matéria de ordenamento do território;
6. Apresentar à DGT propostas de elaboração de manuais técnicos de boas práticas em política de ordenamento do território;
7. Publicar os relatórios, pareceres ou quaisquer outros trabalhos emitidos ou realizados no âmbito das suas competências;
8. As demais competências previstas no decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que procede à revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

No âmbito da REN, a CNT sucede nas atribuições da Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional, bem como em todas as posições jurídicas assumidas por esta.

Conselho Coordenador de Cartografia

O Conselho Coordenador de Cartografia (CCC) é o órgão de coordenação da atividade dos organismos e serviços públicos legalmente competentes para produzir cartografia.

O CCC foi criado e é regulado pelo Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 52/96, de 18 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 59/2002, de 15 de março, pelo Decreto-Lei n.º 202/2007, de 25 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 141/2014, de 19 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 130/2019, de 30 de agosto.

Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica

O Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica (CO-SNIG) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, com vista a assegurar a coordenação estratégica do Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG). O Decreto-Lei n.º 84/2015, de 21 de maio, procedeu à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, modificando a composição do CO-SNIG.

A 16 de março de 2017 foi publicado o Decreto-Lei n.º 29/2017, que constitui a terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 180/2009, 7 de agosto.

Esta última alteração legislativa teve por objetivo dar cumprimento às observações que foram aduzidas pela Comissão Europeia e, assim, colmatar algumas lacunas e deficiências verificadas na transposição da Diretiva 2007/2/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de março de 2007, mais conhecida por Diretiva INSPIRE.

Este Conselho tem intervenção em diferentes aspetos associados ao desenvolvimento do SNIG, como por exemplo, a aprovação das orientações estratégicas e dos objetivos gerais do SNIG, a promoção da boa articulação entre os membros da rede do SNIG e a apreciação de eventuais situações de divergência de interesses.

Em resultado da última alteração efetuada ao Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, através do Decreto-Lei n.º 29/2017, de 16 de março, o CO-SNIG passou a incluir todas as entidades com responsabilidades identificadas na produção de informação geográfica, ficando mais participado e plural, prevendo-se ainda que entidades agora não integradas o possam vir a ser no futuro, nomeadamente aquelas que venham a adquirir responsabilidades na produção de informação geográfica.

2. OBJETIVOS DA DGT PARA 2023

2.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

	Implementar o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e promover a política de cidades
	Modernizar e desenvolver os sistemas de informação geográfica, cadastral e territorial
	Inovar na produção, gestão e disponibilização de informação geodésica e geográfica oficial
	Inovar na produção, gestão e disponibilização de informação de informação cadastral
	Melhorar o desempenho organizacional e promover a inovação, simplificação, capacitação e a transformação digital

2.2. OBJETIVOS OPERACIONAIS

Os objetivos operacionais a prosseguir pela DGT foram definidos com base nos objetivos estratégicos e enquadram os projetos e atividades a desenvolver ao longo do ano pelo conjunto das unidades orgânicas.

A definição dos objetivos operacionais e dos respetivos projetos e atividades formam o referencial do estabelecimento de objetivos de desempenho da DGT e das suas unidades

orgânicas, bem como dos objetivos de desempenho individuais dos seus dirigentes e dos trabalhadores.



OBJETIVOS OPERACIONAIS DO OE1

Implementar o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e promover a política de cidades

OOp n	Descrição
OOp 1.1	Observar as dinâmicas territoriais
OOp 1.2	Promover, monitorizar e avaliar as medidas de política de ordenamento do território, cidades e paisagem
OOp 1.3	Promover projetos inovadores e novas abordagens de sustentabilidade
OOp 1.4	Promover a investigação aplicada ao território



OBJETIVOS OPERACIONAIS DO OE2

Modernizar e desenvolver os sistemas de informação geográfica, cadastral e territorial

OOp n	Descrição
OOp 2.1	Consolidar o Sistema Nacional de Informação Territorial
OOp 2.2	Expandir o Sistema Nacional de Informação Geográfica e otimizar o Registo Nacional de Dados Geográficos
OOp 2.3	Concetualizar e desenvolver o Sistema Nacional de Informação Cadastral



OBJETIVOS OPERACIONAIS DO OE3

Inovar na produção, gestão e disponibilização de informação geodésica e geográfica oficial

OOp n	Descrição
OOp 3.1	Desenvolver e implementar o Sistema de Monitorização e Ocupação do Solo e a Base de Dados Nacional de Cartografia
OOp 3.2	Produzir e disponibilizar dados e produtos cartográficos oficiais e regular a atividade de cartografia
OOp 3.3	Modernizar a Infraestrutura Geodésica Nacional



OBJETIVOS OPERACIONAIS DO OE4

Inovar na produção, gestão e disponibilização de informação cadastral

OOp n	Descrição
OOp 4.1	Desenvolver modelos de dados e ferramentas de apoio à gestão
OOp 4.2	Assegurar a execução e conservação do cadastro
OOp 4.3	Regular a atividade de cadastro



OBJETIVOS OPERACIONAIS DO OE5

Melhorar o desempenho organizacional e promover a inovação, simplificação, capacitação e a transformação digital

OOp n	Descrição
OOp 5.1	Assegurar a cooperação nacional e europeia, coordenar e participar em órgãos consultivos
OOp 5.2	Modernizar e otimizar a infraestrutura física e tecnológica
OOp 5.3	Promover a eficiência e eficácia, inovação e simplificação de processos

OOp n	Descrição
OOp 5.4	Reforçar a projeção da DGT
OOp 5.5	Capacitar os recursos humanos da DGT

A relação entre os objetivos operacionais e os projetos e atividades é indicada no quadro do Anexo I - Projetos e Atividades para 2023, que sistematiza os projetos a desenvolver por cada unidade orgânica.

2.3. QUAR - QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO 2023

A DGT em 2023 pretende concretizar em sede de QUAR 6 objetivos operacionais que concorrem para a concretização dos objetivos estratégicos;

Saliente-se ainda que de acordo com a proposta da lei do Orçamento de Estado para 2023 devem as entidades ter inscritos no QUAR “Objetivos comuns de gestão dos serviços públicos”, designadamente:

- a) Objetivos de boa gestão dos trabalhadores, designadamente nos domínios da participação dos trabalhadores na gestão dos serviços, da segurança e da saúde no trabalho, da conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar e da motivação;
- b) Medidas previstas no programa SIMPLEX e no Orçamento Participativo Portugal (OPP) cuja responsabilidade de implementação lhes esteja atribuída;
- c) A avaliação pelos cidadãos, em particular nos serviços que tenham atendimento público ou prestem serviço direto a cidadãos e empresas.

Assim, aplicando o disposto no artigo 18º da proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2023, o OOP6 pretende dar resposta às alíneas a) e c) do referido preceito legal. Foi ainda garantido, como exigido pelo n.º 2 do artigo 18º da proposta de lei que o conjunto dos mesmos tem um peso relativo no QUAR igual ou superior a 50%.

Relativamente à alínea b) do referido disposto legal, referente a “medidas previstas no programa simplex e no orçamento participativo (OPP) cuja responsabilidade de implementação lhes seja atribuída”, considera-se que se encontra ligado a esta alínea o previsto no “OP3 – Ind4: Número de módulos do Sistema implementados (plataforma TCP, conservação, integração, execução simples, execução sistemática, fiscalização)” que, embora não seja uou

configure a medida simplex, se pode considerar como uma medida de simplificação administrativa.

Desta forma, para 2023 o QUAR da DGT apresenta 6 objetivos operacionais, dos quais se destacam como mais relevantes:

- OOP3=15.%
- OOP5=18%
- OOP6=42%,

Perfazendo um total de 75%.

Objetivos Operacionais:

OP1: Assegurar a análise de propostas de legislação e de regulamentação

OP2: Implementar o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

OP3: Executar e Gerir o Cadastro

OP4: Modernizar os Sistemas de Informação Geográfica e Territorial

OP5: Sensibilizar os cidadãos para as temáticas do ordenamento do território, urbanismo, cidades, paisagem, geodesia, cartografia, cadastro e informação geográfica

OP6: Promover a boa gestão dos trabalhadores/as e promover o desenvolvimento e projeção da DGT

A decomposição dos objetivos supra indicados nos respetivos indicadores, meta, tolerância e valor crítico apresentam-se nos quadros infra:

EFICÁCIA									
OE1; OE2; OE3; OE4		OP1: Assegurar a análise de propostas de legislação e de regulamentação							
Indicadores		Realizado 2020	Realizado 2021	Última Monitorização 2022	Meta 2023	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado
Ind.1	Número de propostas legislativas e regulamentares analisadas	NA	6	6	8	1	9	100%	
Grau de Realização do OP1									
OE1		OP2: Implementar o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território							
Indicadores		Realizado 2020	Realizado 2021	Última Monitorização 2022	Meta 2023	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado
Ind.2	Data de apresentação do Relatório do Estado do Ordenamento do Território	NA	NA	NA	30/06/2023	5 dias	25/06/2023	60%	
Ind.3	Data da entrada em produção do protótipo IntelIGT- IA aplicada aos Instrumentos de Gestão Territorial	NA	NA	NA	15/12/2023	10 dias	01/12/2023	40%	
Grau de Realização do OP2									

EFICIÊNCIA								
OE4:	OP3: Executar e Gerir o Cadastro							
	Indicadores	Realizado 2020	Realizado 2021	Última Monitorização 2022	Meta 2023	Tolerância	Valor Crítico	Peso
Ind.4	Número de módulos do Sistema implementados (plataforma TCP, conservação, integração, execução simples, execução sistemática, fiscalização)	NA	NA	NA	2	1	3	100%
Grau de Realização do OP3								
OE2	OP4: Modernizar os Sistemas de Informação Geográfica e Territorial							
	Indicadores	Realizado 2020	Realizado 2021	Última Monitorização 2022	Meta 2023	Tolerância	Valor Crítico	Peso
Ind.5	Data da produção da carta de interfaces de áreas edificadas no âmbito do Sistema de Monitorização e Ocupação do Solo - SMOS	NA	NA	NA	31-03-2023	5 dias	26/03/2023	40%
Ind.6	Data da elaboração do Plano de Ação para a evolução do Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG)	NA	NA	NA	20-12-2023	5 dias	15/12/2023	30%
Ind.7	Data da apresentação do Relatório de análise de consistência temática entre a Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) e o Inventário Florestal Nacional (IFN) e o Sistema de Identificação do Parcelar (iSIP)	NA	NA	NA	18-12-2023	7 dias	11/12/2023	30%
QUALIDADE								
OE2; OE3; OE4; OE5	OP5: Sensibilizar os cidadãos para as temáticas do ordenamento do território, urbanismo, cidades, paisagem , geodesia, cartografia, cadastro e informação geográfica							
	Indicadores	Realizado 2020	Realizado 2021	Última Monitorização 2022	Meta 2023	Tolerância	Valor Crítico	Peso
Ind.8	Número de conferências/workshops/seminários efetuados	12	15	9	12	2	14	60%
Ind.9	Número de páginas do Museu Virtual atualizadas	6	8	7	8	2	10	40%
Grau de Realização do OP5								
OE2; OE3; OE4; OE5	OP6: Promover a boa gestão dos trabalhadores/as e o desenvolvimento e projeção da DGT							
	Indicadores	Realizado 2020	Realizado 2021	Última Monitorização 2022	Meta 2023	Tolerância	Valor Crítico	Peso
Ind.10	Número de trabalhadores que participem em ações de formação sobre segurança e saúde no trabalho, conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar e motivação	NA	NA	NA	10	2	12	60%
Ind.11	Percentagem de respostas com nível de satisfação bom (Inquérito à qualidade do atendimento e portal da DGT)	NA	NA	em execução	60%	2%	62%	40%
Grau de Realização do OP6								

3. RECURSOS

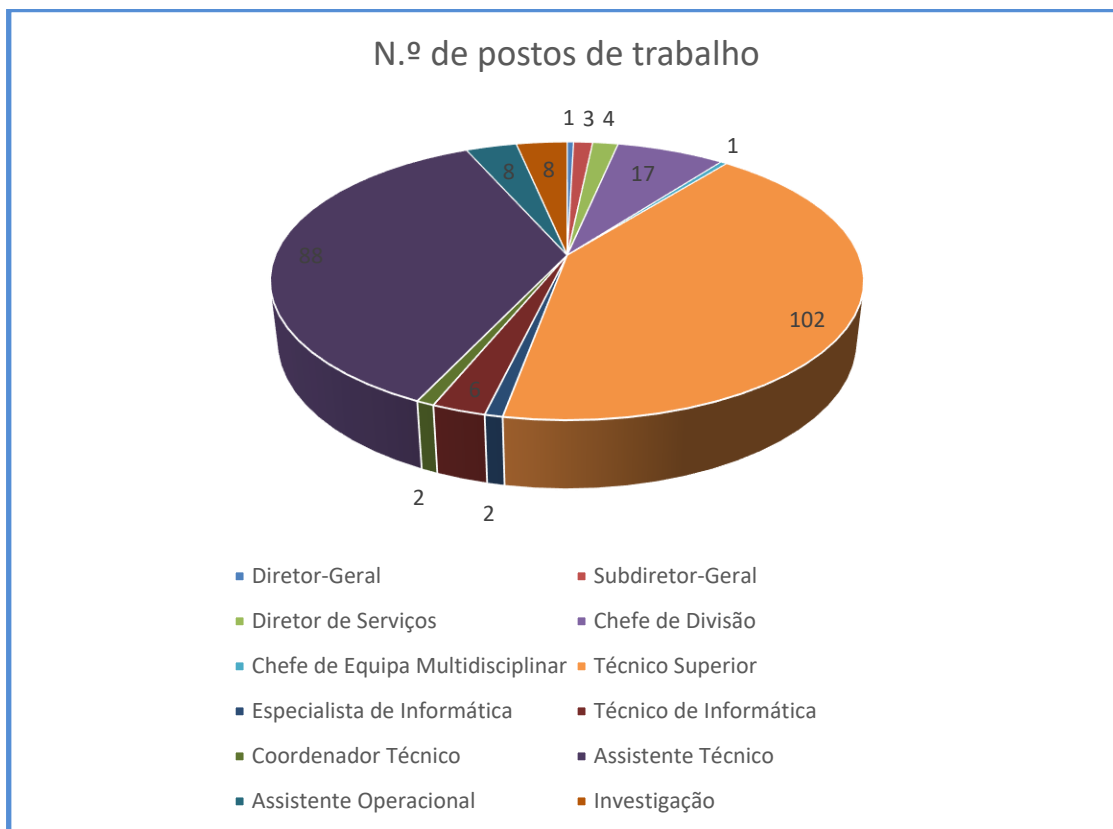
3.1. RECURSOS HUMANOS

O mapa de pessoal aprovado pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território para a DGT em 2023 contempla 242 trabalhadores aos quais se aplica o regime de vinculação, de carreiras e remunerações dos trabalhadores da Administração Pública, constante da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (na sua versão atual).

No quadro seguinte apresenta-se o [Mapa de pessoal da DGT previsto para 2023](#):

Cargo/Carreira/Categoria	N.º de postos de trabalho
Diretor-Geral	1
Subdiretor-Geral	3
Diretor de Serviços	4
Chefe de Divisão	17
Chefe de Equipa Multidisciplinar	1
Técnico Superior	102
Especialista de Informática	2
Técnico de Informática	6
Coordenador Técnico	2
Assistente Técnico	88
Assistente Operacional	8
Investigação	8
TOTAL	242

Traduzido no seguinte gráfico:



O mapa de pessoal de 2023 da DGT não prevê um incremento de postos trabalho face ao mapa aprovado para 2023.

A DGT tem sido afetada por uma acentuada carência de recursos humanos, em particular de recursos humanos qualificados, o que condiciona a respetiva atuação, sendo passível de comprometer a prossecução das atribuições que lhe estão cometidas.

3.2. RECURSOS FINANCEIROS

No que concerne aos recursos financeiros, a DGT dispõe de receitas provenientes de dotações de receitas gerais (Orçamento do Estado), dispondo ainda de receitas próprias, que arrecada durante o ano económico.

O orçamento da DGT para o ano de 2023 foi elaborado com base no *plafond* atribuído área governativa da Coesão Territorial:

O Orçamento de investimento abarca ainda as operações de financiamento comunitárias, projetos financiados pelo Fundo Ambiental e ainda os projetos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência.

DESIGNAÇÃO	Dotação inicial
Orçamento de Funcionamento (OF)	9 079 118,00 €
Despesas c/Pessoal	7 355 220,00 €
Aquisições de Bens e Serviços	1 296 861,00 €
Outras despesas correntes	204 865,00 €
Despesas de Capital	222 172,00 €
Orçamento de Investimento (OI)	17 130 345,00 €
Despesas c/Pessoal	500,00 €
Aquisições de Bens e Serviços	14 712 872,00 €
Outras despesas correntes	238 400,00 €
Despesas de Capital	2 178 573,00 €
Outros valores	0,00 €
Total (OF+OI+OV)	26 209 463,00 €

4. REPRESENTAÇÕES INTERNACIONAIS

A DGT assegura o acompanhamento das atividades de ordenamento do território, do urbanismo, das cidades, da paisagem, da geodesia, da cartografia, do cadastro e da informação geográfica, no quadro da cooperação institucional, das organizações internacionais, da cooperação para o desenvolvimento, assegurando concomitantemente a representatividade, quer nacional quer internacional, junto de diversas entidades e organismos nas áreas referidas.

De entre as suas inúmeras atribuições a Direção-Geral deve promover, coordenar, apoiar, realizar, participar e divulgar programas e projetos de investigação científica, bem como o desenvolvimento experimental nacional, comunitário e internacional, nos domínios do ordenamento do território, do urbanismo e da informação geográfica.

O quadro infra sintetiza as representações em organismos/entidades ou grupos de trabalho a nível internacional:

Temática	Designação do Grupo de Trabalho / Comissão
Ordenamento do território / coesão territorial	Diretores-Gerais da Coesão Territorial (UE)
	Network of Territorial Cohesion Contact Points (UE)
	ESPON Monitoring Committee
	ESPON Contact Point
	TA2030 Pilot Action Landscape Transition
	EIONET Group Land Systems
	EIONET Group Land Systems / Thematic group 2: Land system accounting/analysis data and methods
	EIONET Group Land Systems / Thematic group 3: Support to Copernicus land monitoring
	Expert Group on Soil (UE)
	Expert Working Group on Climate Change and Territorial Development (UE)

Temática	Designação do Grupo de Trabalho / Comissão
Assuntos urbanos	Diretores-Gerais dos Assuntos Urbanos (UE)
	Urban Development Group (UE)
	URBACT Monitoring Committee
	National URBACT Point
	Regional Development Policy Committee – Working Party on Urban Policy (OCDE)
	DG REGIO Expert Group on Territorial Cohesion and Urban Matter (UE)
	UN New Urban Agenda Focal Point
	UNECE Committee on Urban Development, Housing and Land Management
	Union for the Mediterranean National Coordinator for Sustainable Urban Development
	<i>Driving Urban Transitions (Horizon Europe)</i>
Paisagem	Comité Diretor da Cultura Património e Paisagem
	Convenção Europeia da Paisagem
INSPIRE	INSPIRE Committee
	INSPIRE National Contact Point
	INSPIRE – Maintenance and Implementation Group – Policy subgroup (MIG-P)
	INSPIRE – Maintenance and Implementation Group – Technical subgroup (MIG-T)
Geodesia	EUREF - European Reference Frame
	IUGG - International Union of Geodesy and Geophysics
	SPUIAGG - Secção Portuguesa das Uniões Internacionais Astronómica, Geodésica e Geofísica
Cadastro	Comité Permanente de Cadastro - CPC Iberoamericano
	Comité Permanente de Cadastro - UE
	WPLA - Working Party on Land Administration

Temática	Designação do Grupo de Trabalho / Comissão
Informação Geográfica	EuroGeographics - European National Mapping and Cadastral Agencies Expert Group Land Use and Spatial Planning - (LSU/ESA) WG1 – Legal and Commercial Issues WG Quality & Standards WG Geodesy Projecto SABE - Seamless Administrative Boundaries of European Projecto EuroGlobalMap Projecto EuroRegionalMap Projecto EuroMapFinder Projecto Pricing & Licensing Projecto EuroSpec Open Maps Cadastral
	DIGSA - Directores dos Institutos Geográficos da América do Sul, Espanha e Portugal
	EARSel - European Association of Remote Sensing Laboratories
	GISIG - Geographical Information Systems International Group
	ICA - International Cartographic Association
	CIL - Comissão Internacional de Limites entre Portugal e Espanha
	Grupo de peritos de Nomes Geográficos das Nações Unidas
	Conselho Superior Geográfico de Espanha
	Group for Earth Observation (GEO) Plenary Committee
	Group for Earth Observation (GEO) European High Level Policy Group
	Copernicus Committee
	EuroSDR – European Spatial Data Research
	European Space Agency (ESA) Programme Board on Earth Observation (PBEO)

5. PLANO DE FORMAÇÃO

Considerando que o novo regime de formação profissional na Administração Pública, definido no Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro, pressupõe a elaboração pelos órgãos e serviços do Plano de Formação, devidamente orçamentado, inserto no ciclo de gestão e fazendo parte do Plano de Atividades, a DGT procedeu à elaboração do respetivo Plano de Formação.

No âmbito deste novo regime, assume especial relevância a formação contínua dos trabalhadores e dirigentes da Administração Pública, permitindo a atualização e a valorização pessoal e profissional dos mesmos ao longo da carreira profissional, em ordem a aplicar os conhecimentos e a transferi-los para o exercício do trabalho, inclusivamente habilitando os formandos ao desempenho de novas atividades profissionais (Cfr. artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 86-A/2016).

No atual circunstancialismo com que se depara a Administração Pública, a capacidade de adaptação à mudança assume-se, cada vez mais, como uma componente essencial do sucesso das suas instituições, considerando as necessidades dos colaboradores e alinhando-as com os objetivos da organização, em ordem a alcançar níveis adequados de eficácia, qualidade e eficiência.

Neste contexto, a elaboração do plano de formação assentou num pressuposto de maximização de oportunidades formativas e de gestão eficiente dos recursos, tendo sido privilegiadas as ações de formação interna e, de entre estas, as que de forma mais imediata contribuem para a melhoria do desempenho individual e organizacional, balanceadas, sempre que o enquadramento orçamental o permita, por formação ministrada por entidades externas à DGT.

A formação externa será programada ao longo do ano, sendo que serão privilegiadas ações que permitam suprir necessidades coletivas e colmatar necessidades específicas. Neste particular, a DGT encontra-se a articular com a Direção-Geral de Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), a viabilidade de ser estabelecido um Protocolo com a referida entidade, passível de enquadrar as mencionadas ações passíveis de suprir necessidades coletivas.

Em ordem a otimizar os recursos disponíveis será equacionada a frequência de ações de formação especializada externa, incidentes nas áreas de atuação da DGT, cuja frequência está sempre dependente da necessária disponibilidade orçamental.

De igual modo, será prestada particular atenção às eventuais oportunidades formativas proporcionadas por outras entidades (seminários, congressos, etc.), ou outras de formação especializada que se revele fundamental.

Ao longo do ano serão efetuadas as alterações e atualizações tidas por adequadas para o cumprimento dos objetivos atinentes à formação profissional dos trabalhadores da DGT.

O Plano de Formação para o ano 2023 consolida o anexo III ao presente Plano de Atividades.

6. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio, que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, estipula que o plano de atividades deve contemplar, em capítulo próprio, as medidas de modernização administrativa que a organização se proponha a desenvolver, nomeadamente as relativas à desburocratização, qualidade e inovação e, em especial, as que deem cumprimento à regra do digital, conforme previsto no n.º 1 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 47/2014, de 13 de maio.

Assim para o ano de 2023 a DGT propõe-se executar as medidas de modernização administrativa através da implementação ou continuidade, face ao ano de 2022, dos projetos infra apresentados:

PROJETO	ÂMBITO
Plataforma de Submissão Automática dos Instrumentos de Gestão Territorial -SAIGT	Desenvolvimento da Infraestrutura tecnológica
Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial - PCGT	Desenvolvimento da Infraestrutura tecnológica
Sistema Nacional de Informação Geográfica - SNIG	Atualização do Geoportal
Sistema Monitorização de Ocupação do Solo - SMOS	Dinamização do Grupo de Utilizadores do SMOS (guSMOS); Portal atualizado e articulado com a Base de dados Nacional de Cartografia e projetos de

	aquisição de dados e de produção de cartografia
Base de Dados Nacional de Cartografia - BDNC	Desenvolvimento da Infraestrutura tecnológica e implementação da cartografia NdD2 homologada.
Fotografia Aérea Histórica	Desmaterialização de parte do arquivo existente na DGT
Infraestrutura física e tecnológica e suportes e aplicativos	Capacitação e modernização da infraestrutura e suportes tecnológicos e aplicativos na Sede e delegações regionais da DGT Criação de uma rede privada virtual em estrela entre a sede e as delegações regionais
Portal da DGT	Inovação aplicada aos sistemas de informação geográfica voluntária, em alinhamento com os objetivos de transparência administrativa

7. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Não estão previstas iniciativas de publicidade institucional organizadas pela DGT para o ano de 2023.

8. LISTA DE ABREVIATURAS

AIGP – Áreas Integradas de Gestão da Paisagem

BDNC - Base de Dados Nacional de Cartografia

BUPI - Balcão Único do Prédio

CAP - Comissão de Arquitetura e Paisagem

CCC - Conselho Coordenador de Cartografia

CNT - Comissão Nacional do Território

CO SNIG - Conselho Orientador do Sistema Nacional e Informação Geográfica

CSOP - Conselho Superior de Obras Públicas

COS - Carta de Ocupação do Solo

DGT - Direção-Geral do Território

DRAG - Divisão de Regulação e Assessoria Jurídica

DRAlen - Delegação Regional do Alentejo

DRAlg - Delegação Regional do Algarve

DRNorte - Delegação Regional do Norte

DRCentro - Delegação Regional do Centro

DRLVT - Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo

DSGCIG - Direção de Serviços de Geodesia, Cartografia e Informação Geográfica

DGRI - Divisão de Gestão de Recursos Informáticos

DR - Delegação Regional

DSIC - Direção de Serviços de Informação Cadastral

DSOT - Direção de Serviços de Ordenamento do Território

DSPRI - Direção de Serviços de Planeamento, Relações Institucionais, Comunicação e Apoio

DIPIGEO - Desmaterialização, Interoperabilidade e Partilha de Informação Geográfica

ECS - Estratégia Cidades Sustentáveis 2020

IGT - Instrumentos de Gestão Territorial

INV - Investigadores

OE - Objetivo Estratégico

OF - Orçamento de Funcionamento

OI - Orçamento de Investimento

OIGP – Operações Integradas de Gestão da Paisagem

Oop - Objetivo Operacional

OOTU - Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo

PA - Plano de Atividades

PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PRGP – Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem

PRR – Plano de Recuperação e Resiliência

QUAR - Quadro de Avaliação e Responsabilização

RCM – Resolução do Conselho de Ministros

REN - Reserva Ecológica Nacional

REOT - Relatório do Estado do Ordenamento do Território

SNIC - Sistema Nacional de Informação Cadastral

SNIG - Sistema Nacional de Informação Geográfica

SNIT - Sistema Nacional de Informação Cadastral

UE - União Europeia

ANEXO I

Projetos e Atividades 2023

OE	OP	Cód PA2023	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	UO	Indicador	Meta	Obs
OE1	OOP1.1	1	Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo – OOTU	1 – Sistema de indicadores de monitorização atualizado 2 - Análises temáticas produzidas/atualizadas (temas: conectividade ecológica, artificialização do solo, estrutura da propriedade, regime de uso e ocupação do solo) 3 - Relatório do Estado do Ordenamento do Território concluído 4- Plataforma i-Território em produção e análises territoriais de acessibilidade a serviços interesse geral e outros 5- Documentos de análise e orientação da temática alterações climáticas nos IGT 6- Documento estratégico para a reformulação/evolução do OOTU 7 – Plano de atividade revisto	DSOT INV EMIGDIT	1 - Taxa de atualização dos indicadores (Nº de ind. Atualizados / passíveis de atualizar) 2 – N.º de temas 3 – Data de conclusão 4 – N.º de Análises 5 – N.º de documentos concluídos. 6 e 7- Data	1-90% 2 - 4 3- 30 jun 4- 4 5- 2 6- 15 dez 7 – 15 dez	
OE1	OOP1.2	2	Agenda para o Território – PNPOT	1 - Plataforma Colaborativa da Agenda para o Território (PCAT) concluída 2 - Agenda Territorial monitorizada 3 – Contributos produzidos no âmbito da articulação e compatibilização de IGT e estratégias setoriais com relevância territorial 4- Contributos produzidos para a definição de instrumentos de financiamento no quadro do PT 2030 no âmbito do Desenvolvimento Territorial e Política de Cidades	DSOT EMIGDIT	1 – Data de conclusão 2 – Data do Relatório de monitorização 3 - Nº de contributos produzidos / solicitados 4- Nº de contributos produzidos/ solicitados	1- 30 jun 2- 15 dez 3 - 100% 4- 100%	
OE1	OOP1.2	3	Programa de Transformação da Paisagem – PTP	1 - Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) elaborados 2 –PTP monitorizado 3 - Contratos de implementação de AIGP e propostas de Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP) acompanhados 4 – Esquema de financiamento dos PRGP por instrumentos do PT2030 – projeto piloto Algarve	DSOT EMIGDIT	1 – N.º de PRGP concluídos e nº de PRGP em elaboração a 31 de dezembro 2 – Data de início de implementação do modelo de monitorização 3 – N.º de OIGP aprovadas 4- data de conclusão	1 - 5 e 11 2 – 31 out 3- 29 4- 30 jun	

OE	OP	Cód PA2023	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	UO	Indicador	Meta	Obs
OE1	OOP1.2	4	Política Nacional da Arquitetura e da Paisagem – PNAP	1- Portal da PNAP disponível em inglês (parcial) 2 –Inquérito/questionário para diagnóstico das necessidades e identificação de oportunidades para implementação da PNAP realizado. 3 - Conferência anual da PNAP realizada 4 - Portal da PNAP atualizado	DSOT	1- Data de disponibilização 2- Data .de divulgação de resultados do inquérito 3- Data de realização 4- N.º de notícias e eventos divulgados	1- Até 15 dez 2- Até 15 dez 3- Até 15 dez 4- 15	
OE1	OOP1.2	5	Fórum das Cidades	1 – Concretização do Ponto de Contacto EUI 2 – Promoção de eventos sobre assuntos urbanos 3 – Comunicação digital sobre assuntos urbanos via email (newsletter e outros) 4 – Comunicação digital sobre assuntos urbanos nas redes sociais (facebook, twitter e linkedin) 5 – Definição dos termos de referência para a reformulação do website Fórum das Cidades	DSOT	1 – Data da nomeação 2 – N.º de eventos 3 – N.º de campanhas de email 4 – N.º de publicações em redes sociais (total) 5 – Data de apresentação	1 – 31mai 2 - 1 3 - 25 4 – 300 5 – 20 dez	
OE1	OOP1.3	6	URBACT Portugal	1 – Execução do Work Programme 2023 do Ponto URBACT Nacional 2 – Promoção de eventos URBACT e participação em eventos como Ponto URBACT Nacional 3 – Acompanhamento dos parceiros portugueses envolvidos em redes URBACT 4 – Animação do grupo nacional de ligação para a dimensão europeia dos assuntos urbanos 5 – Participação no Comité de Monitorização URBACT e na rede dos Pontos de Contacto URBACT	DSOT	1 - Taxa de execução anual (máximo elegível) 2 – N.º de eventos 3 – N.º de ações 4 – N.º de reuniões do GL 5 – N.º de reuniões	1 - 70% 2 – 1 3 – 6 4 – 2 5 - 4	
OE1	OOP1.3	7	Iniciativa Nacional Cidades Circulares	1 - Execução material e financeira do programa 2 –Redes Cidades Circulares validadas 3 – Publicações de capitalização e comunicação dos resultados disponibilizadas 4 –Eventos e reuniões técnicas de cooperação multinível 5 – Comunicação digital sobre a Iniciativa	DSOT	1 - Taxa de execução 2 – Data de conclusão 3 – N.º de publicações 4 – N.º de eventos e reuniões 5 – N.º de campanhas de email s	1 - 80% 2 – 31 out 3 - 2 4 - 6 5 - 12	

OE	OP	Cód PA2023	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	UO	Indicador	Meta	Obs
OE1	OOP1.3	8	ESPON Portugal	1 – Rede nacional ESPON ativada 2 –Plano de trabalhos do Ponto de Contacto ESPON aprovado 3 – Eventos ESPON promovidos 4 –Grupo nacional de ligação ESPON operacionalizado 5 – Participação no Comité de Monitorização ESPON e na rede dos Pontos de Contacto ESPON	DSOT EMIGDIT	1 – N.º de entidades com ponto nomeado 2 – Data da aprovação 3 – N.º de eventos 4 - N.º de reuniões do grupo de li- gação 5 – N.º de reuniões	1 – 7 2 – 31 mar 3 – 1 4 – 2 5 - 5	
OE1	OOP1.4	9	Driving Urban Transitions	1 – Execução financeira da DUT 2 – Coordenação da tarefas 8.1 da parceria 3 –Reuniões europeias de gestão da parceria e vice-presidência do grupo economia circular participadas 4 –Reuniões nacionais de coordenação da parceria participadas	DSOT	1 – Data do pedido de pagamento 2 – Notas técnicas e relatórios apresentados 3 – N.º de reuniões europeias 4 – N.º de reuniões	1 – 31 mar 2 - 2 3 – 10 4 - 6	
OE2	OOP2.1	10	Sistema Nacional de Informação Territorial – SNIT	1 - SNIT em continuidade; 2- Desenvolvimento do SNIT 2024 (proj Point) 3- CRUS 2022 4-CRUS + e SRUP + - Novo modelo de dados (proj Point)- 5 – RAN E REN disponíveis em serviços WFS 6 - Tipologias de-SRUP disponibilizadas no SNIT 7- Plano de Ação do Projeto PoInT - Portal de Informação Territorial definido 8 - IntellIGT- IA aplicada aos IGT- desenvolvimento aplicacional da componente analítica dos Regulamentos dos Planos Territoriais	DSOT	1 - Nº de dias inoperacional; 2- Data de disponibilização dos Termos de referência e peças concursais 3-Data da disponibilização 4- Data de disponibilização 5 - Cartas disponibilizadas /publicadas 6 – N.º 7.1 – Data do Relatório de Auditoria de qualidade; 7.2 – Data do Plano de Ação 8- Entrada em produção do protótipo	1 - < 1; 2- 31 out 3 - 31 mar 4- 15 set 5 – 100% das publicadas até 30 jun 6 – 20 7.1 - 30 jul 7.2 –15 set 8- 15 dez	
OE2	OOP2.1	11	Plataforma de Submissão Automática dos Instrumentos de Gestão Territorial -SAIGT	1 - SAIGT em continuidade 2 - Evolução para SAIGT (projeto Point)	DSOT	1 - Nº de dias inoperacional, tempo médio de resposta a questões dos utilizadores 2 - Termos de referência e peças concursais	1 - <5 dias e <=2dias úteis 2 - 31 out	
OE2	OOP2.1	12	Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial - PCGT	1 - PCGT operacional em continuidade 2 - Assistências e correções adaptativas do Help-desk nacional 3 - Monitorização do desempenho do Help-desk nacional 4- Evolução da PCGT (projeto Point)	DSOT DGRI	1 - Nº de dias inoperacional 2 - Tempo médio de correção 3 – Data de apresentação de Relatório	1 - <5 dias 2 - < 5 dias úteis 3 – até 30 set 4- 31 out	

OE	OP	Cód PA2023	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	UO	Indicador	Meta	Obs
						4- Termos de referência e peças concursais		
OE2	OOP2.2	13	Sistema Nacional de Informação Geográfica - SNIG	1 - Registo Nacional de Dados Geográficos (RNDG) monitorizado 2 - Aplicação para validação automática dos metadados do RNDG 3 -Plano de Ação para a evolução do SNIG 4 - Metadados do RNDG revistos 5 - Geoportal do SNIG atualizado 6 - ENIIG 2023 - VIII Encontro Nacional de Infraestruturas de Informação Geográfica / JIIDE 2023 - XIV Jornadas Ibéricas de Infraestruturas de Informação Geográfica - Évora 7 - Ações de divulgação e promoção de utilização do geoportal SNIG/INSPIRE 8 - SNIG articulado com o Portal de Informação Territorial (PolnT)	DSGCIG INV	1 - N.º de relatórios 2 a 6, 8 e 9 - Data de conclusão 7- N.º de ações 8 - Data de assinatura do contrato do procedimento concursal para o desenvolvimento da Infraestrutura MapasPT e da aplicação de interoperabilidade IntergeoPT	1- 3 2 - 31 ago 3 - 20 dez 4 - 31 jul 5 - 15 dez 6 - 30 nov 7 - 4 8 – 31 out	
OE2	OOP2.3	14	Consolidar e desenvolver o Sistema Nacional de Informação Cadastral (SNIC)	1 – SNIC adaptado ao novo regime jurídico em vigor. 2 - Harmonização das bases dados e implementação do NIC.	DSIC DGRI	1 – Data de conclusão 2 - Data de conclusão	1 – 6 meses após entrada em vigor do regime jurídico 2 – 31 dez	
OE2	OOP2.3	15	Sistema Monitorização de Ocupação do Solo - SMOS	1 - Grupo de Utilizadores do SMOS (guSMOS) dinamizado 2 -Conselho Técnico - Científico do SMOS dinamizado 3 - Portal SMOS atualizado e articulado com a BDNC e projetos de aquisição de dados e de produção de cartografia 6 - Academia SMOS 7 - enSMOS 2023 (Encontro Nacional do Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo) e Sessões de Divulgação regional do SMOS	DSGCIG INV	1 e 2 - N.º de reuniões 3 - Data de reporte 4 - Periodicidade de atualização 5 - N.º de eventos 6 - N.º de cursos 7 - Data de realização	1 - 2 2 - 2 3 - 1 jul e 20 dez 4 - mensal 5 - 5 6 - 6 7 - 15 dez	
OE3	OOP3.1	16	Base de Dados Nacional de Cartografia - BDNC	1 - Infraestrutura tecnológica desenvolvida 2 - BDNC implementada com a cartografia Ndd2 homologada 3 - Apresentação pública da BDNC 4 - Voo aerofotogramétrico 2024, ortofotomapas 2024 e temas Altimetria, Hidrografia e Transportes	DSGCIG INV	1 a 6 - Data de conclusão 4.1 - Data da assinatura do contrato do procedimento concursal	1 - 30 jun 2 - 30 nov 3 - 15 dez 4.1 - 30 jun	

OE	OP	Cód PA2023	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	UO	Indicador	Meta	Obs
				5 -Tema Toponímia de Portugal Continental no Nível de Detalhe 2 6 - Metodologias experimentais para exploração de dados LiDAR na produção cartográfica e teste em áreas piloto		4.2 - % Área coberta de Portugal continental para o tema dos transportes	4.2 - 20% 5 - 31 out 6 – 15 dez	
OE3	OOP3.2	17	Cartografia temática de uso e ocupação do solo e produtos cartográficos específicos	1 - COS adaptada às novas especificações técnicas 2 -COS2023 3 - COSc2022 (COS conjuntural) 4 - Mosaicos mensais do Sentinel - 2 e Mapas Mensais do Estado da Vegetação (MIAEV) 5 - Carta de interface de áreas edificadas conjuntural 2022 6 - Conceção e prototipagem do mapa mensal de perdas de vegetação em floresta e mato 7 – Desenvolvimento experimental de novos produtos cartográficos 8 – Guia para a integração de Informação Geográfica Voluntária (VGI) na produção e validação cartográfica 9 -Relatório de análise de consistência temática entre a COS, o Inventário Florestal Nacional (IFN) e o Sistema de Identificação do Parcelar (iSIP)	DSGCIG INV	1.1 e 2 - Data da assinatura do contrato do procedimento concursal 1.2 - % da área executada 3, 4, 6, 8 e 9 - Data de conclusão 7 – Data de conclusão de um relatório com metodologia e resultados para áreas piloto	1.1 - 30 abr 1.2 - 25% 2 - 30 nov 3 - 31 mar 4 - dia 15 do mês seguinte 5 - 31 mai 6 - 15 dez 7 – 15 nov 8 – 15 dez 9 – 18 dez	
OE3	OOP3.2	18	Cobertura Nacional de Imagens de satélite de muito grande resolução espacial	1 - Mosaico de imagens de satélite de muito grande resolução espacial para 2023 disponível através de um serviço de visualização	DSGCIG	1.1 - Data de assinatura do contrato do procedimento concursal 1.2 - Data de conclusão	1.1 - 31 mai 1.2 - 15 dez	

OE	OP	Cód PA2023	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	UO	Indicador	Meta	Obs
OE3	OOP3.2	19	Levantamento LiDAR de Portugal continental	1 - Cobertura LiDAR 2 - Aplicações para gestão, exploração e disseminação de dados LiDAR	DSGCIG	1 - % de Área voada 2 - Data de conclusão das peças para procedimento concursal	1 - 80% 2 - 15 dez	
OE3	OOP3.2	20	Cartografia Topográfica Vetorial de pequena escala	1 - EuroRegionalMap atualizado 2 - Carta 1:500 000 atualizada	DSGCIG	1 e 2 - Data de conclusão	1- a estabelecer pela EuroGeo-graphics 2 - 30 nov	
OE3	OOP3.2	21	Serviço de monitorização do meio terrestre do programa Copernicus (CLMS)	1 - Protocolo “Programa Nacional de Colaboração” com a Agência Europeia do Ambiente e início da sua implementação 2 - Novo modelo de monitorização do meio terrestre no âmbito da participação na EIONET Action Group on Land monitoring in Europe (EAGLE) 3 - Framework Partnership Agreement on Copernicus User Uptake - FPCUP	DSGCIG	1 - Data da assinatura do protocolo 2 - N.º de documentos com participação da DGT 3 - N.º de eventos de formação sobre produtos do CLMS	1 - 30 jun 2 - 2 3 - 6	
OE3	OOP3.2	22	Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP	1 - CAOP 2022 publicada 2 - EuroBoundaryMap atualizado 3 - Dados reportados ao INE e à DGAL 4 - CAOP com modelo de dados INSPIRE e em formato open source	DSGCIG	1 a 4 - Data de conclusão	1 - 31 jan 2 - 30 dias após solicitação 3 - 1 semana após solicitação 4 - 30 jun	
OE3	OOP3.2	23	Fotografia Aérea Histórica	1 - Arquivo desmaterializado	DSGCIG	1.1 - Data de assinatura do contrato do procedimento concursal 1.2 - % de filmes desmaterializados	1 - 30 abr 2 - 10 %	
OE3	OOP3.2	24	Homologação de cartografia	1 - Processos de homologação concluídos no prazo 2 - Plataforma de homologação com novas funcionalidades 3 - Aplicações informáticas de controlo de qualidade da cartografia topográfica com novas funcionalidades	DSGCIG	1 - Tempo de procedimento 2 e 3 - Data de conclusão	1 - 100% em < 90 dias úteis; 50 % em < 70 dias úteis 2 - 30 nov 3 - 15 dez	
OE3	OOP3.2	25	Regulação da Atividade de Cartografia	1 - Registo de entidades coletivas e singulares produtoras de cartografia de base	DSGCIG	1 - Tempo médio de tramitação	1 - 2 a 5 dias	

OE	OP	Cód PA2023	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	UO	Indicador	Meta	Obs
OE3	OOP3.3	26	Rede Geodésica Nacional	1 - ReNEP operacional 2 - Novos equipamentos nas Estações Permanentes da ReNEP instalados 3 - Novas coordenadas das estações da ReNEP determinadas 4 - Vértices Geodésicos para ajustamento nas coordenadas da nova rede geodésica observados 5 - Nova realização do ETRS89 em Portugal Continental - preparação da compensação das coordenadas da RGN2021 6 - Evento para apresentação pública da RGN2021 e das atividades da geodesia na DGT	DSGCIG	1 - N.º de dias com estações inoperacionais 3, 5 e 6 - Data 2 - N.º Estações 4 - N.º de VG	1 - <=20 2 - 26 3 - 30 nov 4 - 50 5 - 15 dez 6 - 31 mai	OE3
OE3	OOP3.3	27	Referenciais Altimétricos Nacionais	1 - Marégrafos de Cascais e Lagos operacionais 2 - Marcas de nivelamento localizadas junto dos marégrafos niveladas através de nivelamento geométrico de alta precisão 3 - Maregramas georreferenciados e vetorizados 4 - Marcas de nivelamento verificadas e coordenadas com GNSS	DSGCIG	1 - N.º de dias inoperacionais 2 - Data de conclusão 3 - N.º de anos 4 - N.º de marcas	1 - <=20 2 - 30 nov 3 - 10 4 - 200	
OE4	OOP4.1	28	Ferramenta de classificação de unidades prediais em função do tipo de cultura dominante	1 – Execução de testes e validação para disponibilização da ferramenta online.	DSIC	1 – Data de conclusão	1 – 31 jul	
OE4	OOP4.1	29	Vetorização e atualização do CGPR	1 – Executar a ligação entre concelhos do CGPR (sede e DR) 2- Protótipo de procedimento para melhoria da qualidade posicional da geometria dos prédios.	DSIC DR	1 - N.º de concelhos 2 – Data de conclusão	1 - 60 2 – 31 dez	
OE4	OOP4.2	30	Execução de Cadastro	1 - Complemento de cadastro predial: faixa entre os concelhos de Faro e Loulé que não cadastrada. 2 – Conclusão das operações de cadastro predial em Oliveira do Hospital e Seia. 3 - Integração de prédios resultantes das operações de cadastro predial nas AIGP na Carta Cadastral.	DSIC	1 - Data de conclusão 2-- Data de conclusão 3 – Data de conclusão	1- 31 dez 2- 31 dez 3- 31 dez	2- AIGP
OE4	OOP4.2	31	Conservação do CGPR - Processos de Reclamação Administrativa - PRA	1 - Apreciação de PRA e redução de pendências longas 2 - Fornecimento de dados CGPR e certificação de elementos nos prazos estabelecidos	1.1-DSIC 1.2-DRN 1.3- DRC 1.4-DRLVT 5-DRALT 6- DRAIG	1 -N.º de PRA com emissão de parecer técnico e envio para a AT 2 - Tempo médio de resposta	1.1 - 650 1.2 - 80 1.3 - 550 1.4 - 800 1.5 - 300 1.6 - 300	

OE	OP	Cód PA2023	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	UO	Indicador	Meta	Obs
					2 - DSIC e DR		2- 14 dias úteis	
OE4	OOP4.3	32	Regulação da Atividade de Cadastro	1 - Registo de entidades coletivas e singulares no portal TCP	DSIC	1 - Tempo médio de tramitação	1 - < 5 dias	
OE5	OOP5.1	33	Cooperação e inovação em assuntos urbanos e política de cidades no âmbito internacional e nacional	1 - Presidência do Working Party on Urban Policies da OCDE 2 - Cooperação UE em assuntos urbanos e Agenda Urbana da UE (Urban Development Group, Directores-Gerais) 3 - Peritos da Comissão Europeia (Expert Group of Territorial Cohesion and Urban Matters, Subgrupo Mission Climate-Neutral and Smart Cities do Comité Estratégico de Configuração do Programa Horizon Europe); 4 -Cooperação nacional: participação em projetos, grupos de trabalho, conselhos e comités de âmbito nacional com incidência em assuntos urbanos, incluindo Fórum dos Serviços, Projeto Grandes Trabalhos, ENMA Cicável, entre outros.	DSOT	1 –N.º de reuniões OCDE presidi- das 2- N.º de reuniões europeias parti- cipadas 3- N.º de reuniões europeias parti- cipadas 4- N.º de reuniões participadas	1 – 2 2 – 4 3 – 4 4- 3	
OE5	OOP5.1	33	Cooperação e inovação em política de ordenamento do território e paisagem	1 –Resultados do piloto da Agenda Territorial 2030 <i>Landscape Transition</i> apresentados 2 – Cooperação UE em coesão territorial e Agenda Territorial 2030: Network of Territorial Cohesion Contact Points; Directores-Gerais 3 - Peritos da Agência Europeia do Ambiente: EIONET – National Reference Centre for Land Use and Spatial Planning 4 - Cooperação nacional: participação em projetos, grupos de trabalho, conselhos e comités de âmbito nacional com incidência em ordenamento do território e paisagem.	DSOT EMIGDIT	1 – Data da apresentação 2- N.º de reuniões europeias parti- cipadas 3- N.º de reuniões europeias parti- cipadas 4 – Numero de reuniões nacionais participadas	1 – Set/2023 2 – 4 3 – 2 4 -15	
OE5	OOP5.1	34	Cooperação em geodesia, cartografia, informação geográfica e cadastro	1 - ICA - International Cartographic Association 2 - EUREF - International Association of Geodesy Reference Frame Sub - commission for Europe 3 - INSPIRE - Ponto Focal Nacional 4 - Agência Europeia do Ambiente - Representante de Portugal no Grupo "Land Systems" e no Subgrupo temático "Support to Copernicus Land Monitoring" da European Environment Information and Observation Network (EIONET) 5 - EuroGeographics 6 - EuroSDR	DSGCIG DSIC	1 a 6 - N.º de reuniões	1 - 1 2- 1 3 - 4 4 - 1 5 - 1 6 - 2	
OE5	OOP5.1	35	Presidência de comissões nacionais/regionais no	1 - Comissão Nacional do Território – CNT - Dinamização dos trabalhos e secretariado da CNT	DSOT	1 - Nº de reuniões 2 - Nº de reuniões	1 - 4 reuniões CNT, 4 reuniões dos GT	

OE	OP	Cód PA2023	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	UO	Indicador	Meta	Obs
			âmbito do ordenamento do território e paisagem	2 - Comissão de Acompanhamento Arquitetura e Paisagem – CAAP- Dinamização dos trabalhos e implementação do plano de atividades 3 - Promoção dos trabalhos do Fórum Intersectorial 4- Presidência da Comissão Consultiva do PROT Norte- apoiada por Secretariado Técnico 5- Presidência da Comissão Consultiva do PROT Centro apoiada por Secretariado Técnico		3 - N.º de reuniões do Plenário, Núcleo Permanente e Comissões Flexíveis 4- N.º de reuniões; 5 - N.º de reuniões	2 - 1 3 – 4 4 – 2 5-2	
OE5	OOP5.1	36	Participação em órgãos e grupos de trabalhos no âmbito da geodesia e cartografia	1 - Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica - CO SNIG: Dinamização dos trabalhos do CO SNIG e do GT SNIG - Local 2 - Conselho Coordenador de Cartografia : Dinamização dos trabalhos do CCC e do GT para a Geodesia	DSGCIG	1 e 2 - N.º de reuniões	1 - 2 (CO - SNIG) 2 (GT Local) - 1 (CCC) e 1 (GT Geodesia)	
OE5	OOP5.2	37	Infraestrutura física e tecnológica e suportes e aplicativos	1 - Capacitação e modernização da infraestrutura tecnológica (Sede + DR) 2 - Capacitação e modernização dos suportes tecnológicos e aplicativos 3 – Criação de uma rede privada virtual em estrela entre a sede e as delegações regionais 4 – Serviços de pagamentos automáticos operacionalizado	DGRI	1 a 4 – Data	1 – 8 dez 2 – 8 dez 3 – 1 out 4 – 15 dez	
OE5	OOP5.3	38	Informação de gestão e pareceres	1- Propostas legislativas e regulamentares e outros por solicitação da tutela, da IGAMAOT e do Ministério Público, analisadas 2- Pareceres no âmbito de processos de formação de Programas e Planos e de processos específicos 3 – Atualização do Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas	DSOT DRAJ DSPRI	1 – N.º de pareceres emitidos/pareceres solicitados *100 2 - 2- % de pareceres emitidos em tempo (legal ou internamente fixado) 3 –Data de conclusão	1 – 100% dos solicitados até 1 dez 2 – 100% 3 – 1 dez	
OE5	OOP5.3	39	Gestão Documental e Segurança da Informação	1 – Implementação de novas funcionalidades na aplicação de gestão documental 2 - Novos fluxos desmaterializados	DGRI	1 – N.º de funcionalidades 2 – N.º de fluxos	1 - 2 2 - 2	

OE	OP	Cód PA2023	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	UO	Indicador	Meta	Obs
OE5	OOP5.4	40	Portal e sítios internet	1 - Conteúdos do portal e sítios de internet atualizados 2 – Museu Virtual atualizado (disponibilização do Catálogo Gabriel Mendes)	DGRI DSPRI	1 – N.º de conteúdos atualizados 2 – N.º de páginas atualizadas	1- 50 2 - 8	
OE5	OOP5.4	41	Comunicação	1- Inquérito à qualidade do atendimento	DSPRI	1 - % de respostas com nível de satisfação bom	1– 60%	
OE5	OOP5.5	42	Capacitação dos recursos humanos	1 - Execução do Plano de Formação 2 -Trabalhadores/as com jornada contínua e teletrabalho autorizado	Todas as UO	1 – N.º de trabalhadores que participem em ações de formação sobre segurança e saúde no trabalho, conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar e motivação. 2 – N.º de trabalhadores com solicitações com parecer favorável/n.º de trabalhadores que solicitam *100	1 – 10 2 – 10%	

ANEXO II

QUAR DGT 2023

Ciclo de Gestão:	2023
Designação do Serviço Organismo:	Direção-Geral do Território
Missão:	A Direção-Geral do Território, tem por missão prosseguir as políticas públicas de ordenamento do território e de urbanismo, bem como a criação e manutenção das bases de dados geográficos de referência.A Direção-Geral do Território, tem por missão prosseguir as políticas públicas de ordenamento do território e de urbanismo, bem como a criação e manutenção das bases de dados geográficos de referência.

Objetivos Estratégicos (OE)		Meta	Grau de concretiza-ção
OE1:	Implementar o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e promover a política de cidades		
OE2:	Modernizar e desenvolver os sistemas de informação geográfica, cadastral e territorial		
OE3:	Inovar na produção, gestão e disponibilização de informação geodésica e geográfica oficial		
OE4:	Inovar na produção, gestão e disponibilização de informação cadastral		
OE5:	Melhorar o desempenho organizacional e promover a inovação, simplificação, capacitação e transformação digital		

Objetivos Operacionais (OP)											
-----------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

EFICÁCIA

PESO: 10%

OE1;OE2;OE3;OE4	OP1: Assegurar a análise de propostas de legislação e de regulamentação										Peso:	50%
Indicadores		Realizado 2020	Realizado 2021	Última Monitori-zação 2022	Meta 2023	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado	Taxa de Realiza-ção	Classificação	Desvio

Ind.1	Número de propostas legislativas e regulamentares analisadas	NA	6	6	8	1	9	100%		0%	Não atingiu	-100%
Grau de Realização do OP1												0%
OE1	OP2:Implementar o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território										Peso:	50%
Indicadores		Realizado 2020	Realizado 2021	Última Monitori-zação 2022	Meta 2023	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado	Taxa de Realiza-ção	Classificação	Desvio
Ind.2	Data de apresentação do Relatório do Estado do Ordenamento do Ter-ritório	NA	NA	NA	30/06/2023	5 dias	25/06/2023	60%		#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
Ind.3	Data da entrada em produção do protótipo IntelIGT- IA aplicada aos Ins-trumentos de Gestão Territorial	NA	NA	NA	15/12/2023	10 dias	01/12/2023	40%		#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
Grau de Realização do OP2												#VALOR!

EFICIÊNCIA

PESO: 30%

OE4:	OP3: Executar e Gerir o Cadastro										Peso:	50%
Indicadores		Realizado 2020	Realizado 2021	Última Monitori-zação 2022	Meta 2023	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado	Taxa de Realiza-ção	Classificação	Desvio
Ind.4	Número de módulos do Sistema implementados (plataforma TCP, con-servação, integração, execução simples, execução sistemática, fiscaliza-ção)	NA	NA	NA	2	1	3	100%		0%	Não atingiu	-100%
Grau de Realização do OP3												0%
OE2	OP4: Modernizar os Sistemas de Informação Geográfica e Territorial										Peso:	50%
Indicadores		Realizado 2020	Realizado 2021	Última Monitori-zação 2022	Meta 2023	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado	Taxa de Realiza-ção	Classificação	Desvio
Ind.5	Data da produção da carta de interfaces de áreas edificadas no âmbito do Sistema de Monitorização e Ocupação do Solo - SMOS	NA	NA	NA	31-03-2023	5 dias	26/03/2023	40%		#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
Ind.6	Data da elaboração do Plano de Ação para a evolução do Sistema Naci-onal de Informação Geográfica (SNIG)	NA	NA	NA	20-12-2023	5 dias	15/12/2023	30%		#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!

Ind.7	Data da apresentação do Relatório de análise de consistência temática entre a Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) e o Inventário Florestal Nacional (IFN) e o Sistema de Identificação do Parcelar (ISIP)	NA	NA	NA	18-12-2023	7 dias	11/12/2023	30%		#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
Grau de Realização do OP4												#VALOR!

QUALIDADE

Peso: 60%

OE2; OE3; OE4; OE5	OP5: Sensibilizar os cidadãos para as temáticas do ordenamento do território, urbanismo, cidades, paisagem , geodesia, cartografia, cadastro e informação geográfica										Peso:	30%
Indicadores		Realizado 2020	Realizado 2021	Última Monitori-zação 2022	Meta 2023	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado	Taxa de Realiza-ção	Classificação	Desvio
Ind.8	Número de conferências/workshops/seminários efetuados	12	15	9	12	2	14	60%		0%	Não atingiu	-100%
Ind.9	Número de páginas do Museu Virtual atualizadas	6	8	7	8	2	10	40%		0%	Não atingiu	-100%
Grau de Realização do OP5												0%
OE2; OE3; OE4; OE5	OP6: Promover a boa gestão dos trabalhadores/as e o desenvolvimento e projeção da DGT										Peso:	70%
Indicadores		Realizado 2020	Realizado 2021	Última Monitori-zação 2022	Meta 2023	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado	Taxa de Realiza-ção	Classificação	Desvio
Ind.10	Número de trabalhadores que participem em ações de formação sobre segurança e saúde no trabalho, conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar e motivação	NA	NA	NA	10	2	12	60%		0%	Não atingiu	-100%
Ind.11	Percentagem de respostas com nível de satisfação bom (Inquérito à qualidade do atendimento e portal da DGT)	NA	NA	em execução	60%	2%	62%	40%		0%	Não atingiu	-100%
Grau de Realização do OP6												0%
AVALIAÇÃO FINAL DO QUAR 2023												
Avaliação de acordo com os requisitos constantes no artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro				Âmbito			Ponderação Eficácia		Ponderação Eficiência		Ponderação Qualidade	
							10%		30%		60%	

	Quantitativa	#VALOR!
	Qualitativa	<i>Desempenho BOM; SATISFATÓRIO; INSUFICIENTE</i>

GRAU DE REALIZAÇÃO DE PARÂMETROS E OBJETIVOS

Objetivos Operacionais	Peso dos parâmetros na avaliação final	Peso dos objetivos no respetivo parâmetro	Peso de cada objetivo na avaliação final	Grau de realização do objetivo	Grau de realização do objetivo (ponderado)	Classificação	OBJETIVOS MAIS RELEVANTES (nº 1 do art.18º da Lei 66-B/2007, de 28.12)
GR EFICÁCIA	#VALOR!						
OP1	10%	50%	5%	0%	0%	Não atingiu	
OP2		50%	5%	#VALOR!	#####	#VALOR!	
GR EFICIÊNCIA	#VALOR!						
OP3	30%	50%	15%	0%	0%	Não atingiu	RELEVANTE
OP4		50%	15%	#VALOR!	#####	#VALOR!	
GR QUALIDADE	0,0%						
OP5	60%	30%	18%	0%	0%	Não atingiu	RELEVANTE
OP6		70%	42%	0%	0%	Não atingiu	RELEVANTE
Total	100%	Soma dos pesos dos objetivos operacionais mais relevantes					75%

RECURSOS HUIMANOS									Dias úteis 2023 ↗	226
DESIGNAÇÃO	Pontuação (Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços) ¹	Pontuação efetivos Planeados para 2023			Pontuação efetivos Executados para 2023			Desvio (em n.º)	Pontuação Executada / Pontuação Planeada	UERHE / UERHP
		N.º de efetivos planeados (Mapa de Pessoal)	UERHP	Pontuação Planeada	N.º de efetivos a 31.dez (Balanço Social)	UERHE	Pontuação Executada			
Dirigentes - Direção Superior	20	4	904	80		0	0	-4	0%	0%
Dirigentes - Direção Intermédia e Chefes de equipa	16	22	4972	352		0	0	-22	0%	0%

Técnico Superior (inclui investigadores)	12	110	24860	1320		0	0	-110		0%	0%
Especialistas de Informática	12	2	452	24		0	0	-2		0%	0%
Coordenador Técnico	9	2	452	18		0	0	-2		0%	0%
Técnicos de Informática	8	6	1356	48		0	0	-6		0%	0%
Assistente Técnico	8	88	19888	704		0	0	-88		0%	0%
Assistente Operacional	5	8	1808	40		0	0	-8		0%	0%
-		242	54 692	2 586	0	0	0	-242		0%	0%
Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:		Efetivos 31.12.2018	Efetivos 31.12.2019	Efetivos 31.12.2020	Efetivos 31.12.2021	Previstos 2022	Efetivos 31.12.2022	Previsto 2023	Efetivos 30.06.2023	Efetivos 30.09.2023	Efetivos 30.12.2023
		213	222	219	214	242		242			-8

RECURSOS FINANCEIROS							
DESIGNAÇÃO	Dotação inicial	Dotação Corrigida	Execução			Saldo	Taxa de Execução
			30.jun.2022	30.set.2022	31.dez.2022		
Orçamento de Funcionamento (OF)	9 079 118,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	#DIV/0!
Despesas c/Pessoal	7 355 220,00 €					0,00 €	#DIV/0!
Aquisições de Bens e Serviços	1 296 861,00 €					0,00 €	#DIV/0!
Outras despesas correntes	204 865,00 €					0,00 €	#DIV/0!
Despesas de Capital	222 172,00 €					0,00 €	#DIV/0!
Orçamento de Investimento (OI)	17 130 345,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	#DIV/0!
Despesas c/Pessoal	500,00 €					0,00 €	#DIV/0!
Aquisições de Bens e Serviços	14 712 872,00 €					0,00 €	#DIV/0!
Outras despesas correntes	238 400,00 €					0,00 €	#DIV/0!
Despesas de Capital	2 178 573,00 €					0,00 €	#DIV/0!
Outros valores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	#DIV/0!
Total (OF+OI+OV)	26 209 463,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	#DIV/0!

Ref.:	Descritivo	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Fórmula de cálculo	Fonte de Verificação	Justificação do Valor Crítico
Ind1	Número de propostas legislativas e regulamentares analisadas	Todas	Nº de propostas entradas vs n.º de pareceres emitidos	Legislação analisada; Sistema EDOC e arquivos da DGT	O valor crítico corresponde ao melhor desempenho que se pode aspirar alcançar
Ind2	Data de apresentação do Relatório do Estado do Ordenamento do Território	DSOT	Data de apresentação	Evidência do envio ao membro do Governo competente na área do OT	O valor crítico corresponde ao melhor desempenho que se pode aspirar alcançar
Ind3	Data da entrada em produção do protótipo IntelIGT- IA aplicada aos Instrumentos de Gestão Territorial	DSOT	Data de apresentação	Em sede de execução do contrato	O valor crítico corresponde ao melhor desempenho que se pode aspirar alcançar
Ind4	Número de módulos do Sistema implementados (plataforma TCP, conservação, integração, execução simples, execução sistemática, fiscalização)	DSIC	Cada módulo representa uma unidade (1) se estiver implementado e zero (0) se não estiver implementado: [plataforma TCP(PTCP), conservação(C), integração(I), execução simples(ESIMP), execução sistemática(ESIST), fiscalização(F)]. Fórmula (somatório dos módulos implementados): PCTP+C+I+ESIMP+ESIST+F	Portal da DGT: https://www.dgterritorio.gov.pt/	O valor crítico corresponde ao melhor desempenho que se pode aspirar alcançar
Ind5	Data da produção da carta de interfaces de áreas edificadas no âmbito do Sistema de Monitorização e Ocupação do Solo - SMOS	DSGCIG	Área geográfica produzida / Área Geográfica de Portugal continental	SNIG (snig.dgterritorio.gov.pt)	O valor crítico corresponde ao melhor desempenho que se pode aspirar alcançar
Ind6	Data da elaboração do Plano de Ação para a evolução do Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG)	DSGCIG	Data prevista para a apresentação	SNIG (snig.dgterritorio.gov.pt)	O valor crítico corresponde ao melhor desempenho que se pode aspirar alcançar
Ind7	Data da apresentação do Relatório de análise de consistência temática entre a Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) e o Inventário Florestal Nacional (IFN) e o Sistema de Identificação do Parcelar (ISIP)	DSGCIG	Área geográfica produzida / Área Geográfica de Portugal continental	SMOS. dgterritorio.gov.pt	O valor crítico corresponde ao melhor desempenho que se pode aspirar alcançar
Ind8	Número de conferências/workshops/seminários efetuados	Todas	Número de conferências/workshops/seminários efetuados face aos planeados	Página da DGT; Divulgação Newsletter	O valor crítico corresponde ao melhor desempenho que se pode aspirar alcançar
Ind9	Número de páginas do Museu Virtual atualizadas	DSPRI	Número de páginas atualizadas partindo do ano n-1	Página da DGT; Museu Virtual	O valor crítico corresponde ao melhor desempenho que se pode aspirar alcançar
Ind10	Número de trabalhadores que participem em ações de formação sobre segurança e saúde no trabalho, conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar e motivação	Todas	Número de trabalhadores da DGT que participam em ações de formação face ao número global de trabalhadores existentes a 31-12-2023.	Sistema EDOC; arquivo da DGT; balanço social	O valor crítico corresponde ao melhor desempenho que se pode aspirar alcançar
Ind11	Percentagem de respostas com nível de satisfação bom (Inquérito à qualidade do atendimento e portal da DGT)	DSPRI	N.º de inquéritos enviados/n.º de respostas com nível de satisfação "bom" *100	Resultado dos inquéritos enviados; arquivo da DGT; Sistema EDOC	O valor crítico corresponde ao melhor desempenho que se pode aspirar alcançar

NOTAS EXPLICATIVAS	
#1	Para o ano de 2023 o QUAR da DGTapresenta Objetivos Operacionais (OOP), dos quais se destacam como mais relevantes:
#2	Para efeitos de planeamento dos Recursos Humanos da DGT, são considerados 8 investigadores contabilizados na categoria "Técnico Superior" no Mapa de Pessoal da DGT submetido.

#3	procedeu-se à aplicação do disposto no artigo 18º da proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2023, sendo que o OOP 7, pretende dar resposta às alíneas a) e c) do referido preceito legal. Foi ainda garantido, como exigido pelo n.º 2 do artigo 18º da proposta de lei que o conjunto dos mesmos tem um peso relativo no QUAR igual ou superior a 50%.
# 4	Para o ano de 2023 a dotação total do orçamento constante na proposta de Lei do Orçamento de Estado 2023 é de 26 209 463€, dos quais 17 013 0345€ correspondem ao orçamento de investimento.
# 5	No âmbito do Orçamento de Funcionamento inscrevem-se as rubricas “Despesas com Pessoal” (7 355 220€), a “Aquisição de Bens e Serviços” (1 296 861€), "Outras Despesas Correntes" (204 865€) e "Outras Despesas de Capital" (222 172€).

ANEXO III

Plano de Formação DGT 2023

TABELA 1 – NECESSIDADES FORMATIVAS (formação interna e externa)

Unidade orgânica proponente	Ação de formação proposta (indicar caso se trate de formação externa especializada)	Conteúdo da formação	Necessidades agregadas por ação de formação (n.º formandos)
DSIC	SGBD Geográficas (externa)	Criação, gestão e manutenção de SGDBGs	1
	Geoserver (externa ou interna)	plataforma para publicação de dados espaciais	1
	Formação de dirigentes - Programa de Formação em Gestão Pública (FORGEP) - INA - aprox. 1.500,00€	Desenvolver competências técnicas transversais dos titulares dos cargos de direção intermédia, tendo em vista a melhoria do perfil, experiência e conhecimento profissionais; Potenciar uma liderança forte e mobilizadora em sintonia com as exigências da moderna gestão pública.	2
DCP	Assuntos jurídicos - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	Conhecer os procedimentos de controlo prévio de operações urbanísticas.	6
	Assuntos jurídicos - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial	Conhecer as linhas gerais do sistema de gestão e planeamento territorial	6
	Sistemas de Informação Geográfica - QuantumGIS - QGIS	Conhecimento e aprendizagem das potencialidades da ferramenta SIG (<i>Opensource</i>)	13
	Comunicação, liderança e desenvolvimento pessoal - Técnicas de escrita eficaz (externa)- INA	Reconhecer a importância da simplificação da comunicação na Administração Pública; Conhecer os conceitos base da escrita clara	15
	Gestão interna da DGT - Exploração do gestor documental da DGT- EDOC	Formação interna na exploração do software EDOC: conceitos básicos e avançados	6

TABELA 1 – NECESSIDADES FORMATIVAS (formação interna e externa)

Unidade orgânica proponente	Ação de formação proposta (indicar caso se trate de formação externa especializada)	Conteúdo da formação	Necessidades agregadas por ação de formação (n.º formandos)
	Tecnologias da Informação - Ferramentas Office (word, excel, etc)	Desenvolver a aprendizagem das funcionalidades avançadas do Word e Excell; Dominar o trabalho com estilos, formulários, criação e gestão de documentos longos e impressão em série; Utilizar, com autonomia, as funcionalidades de edição de texto, formatação de tabelas e páginas	8
DGIC	Sistemas de Informação Geográfica (externa) - Bases de dados Geográficas com QGIS e PostgreSQL/PostGIS - NaturalGIS - 235,00€	Gestão, análise e visualização de dados geográficos complexos. Gestão de dados vectoriais através de SQL, com a importação dos dados geográficos, com a interrogação/pesquisa de dados geográficos ou alfanuméricos através de múltiplas aplicações.	7
	Sistemas de Informação Geográfica (externa) - Qgis avançado - OE - 20,00€	Tratamento de informação geográfica e análise espacial em QGIS	1
	Tecnologias da Informação (externa) - Introdução à programação em Python para QGIS – Naturalgis - 235,00€	Desenvolver ferramentas/extensões para QGIS utilizando a linguagem de programação Python. Tem como finalidade fornecer os conceitos fundamentais e a experiência prática para o desenvolvimento de ferramentas para QGIS.	1
	Tecnologias da Informação (externa) - Introdução à linguagem Python - OE - 20,00€	Ferramenta open-source multiplataforma para a visualização, processamento e análise de dados	2
	Report Builder ou Report Designer microsoft em SQL Server Data Tools (SSDT)	Permite a elaboração de relatórios na nova plataforma de TCP e conservação por TCP	2
DR Alentejo	Iniciação aos SIG com QGIS	SIG- QGIS	1
	https://www.naturalgis.pt/formacoes.html#tr2	Análise e geoprocessamento SIG com QGIS ou, POWER BI: Elaboração de Dashboards de Apoio à Decisão	1

TABELA 1 – NECESSIDADES FORMATIVAS (formação interna e externa)

Unidade orgânica proponente	Ação de formação proposta (indicar caso se trate de formação externa especializada)	Conteúdo da formação	Necessidades agregadas por ação de formação (n.º formandos)
DR Alentejo	file:///C:/Users/JoanaSabino/Downloads/programa_de_formacao_2022_10novembro2021.pdf		
	https://www.ina.pt/index.php/formacao-noticias/2558-capacitacao-digital	Técnicas de Redação On-line: Sites, Intranet, E-mail, Newsletter e Redes Sociais ou, Gestão da Informação Arquivística na Administração Pública	1
	https://www.naturalgis.pt/calendario.html#calendario	Base de dados Geográfica com QGIS e PostgreSQL/PostGIS	1
DGRI	Administração SGBD	PostgreSQL - Administração e Optimização	1
	Segurança da Informação	Segurança nos Sistemas Windows	2
	Operação de Sistemas	Windows 10 - Troubleshooting e Resolução de Problemas	1
	Programação Avançada	Java SE 7 – Programação	2
	Sistemas de Informação Geográfica/ QGis – Cadastro	Capacitar os funcionários com dois níveis de conhecimento: consulta e visualização de CGPR com os prédios vectorizados e a toponímia de lugar de modo a poder identificar os prédios; formação mais avançada de modo a poder importar pontos do campo, editar dados geográficos e saídas gráficas.	8
	Ciências Geográficas/Google Earth para preparação de PRAs e identificação Cadastral	Sendo o Google Earth uma ferramenta geográfica gratuita com uma boa base cartográfica e de fácil utilização, pretende-se capacitar os funcionários com conhecimento de como tirar partido de comandos básicos e avançados como imagens históricas, importação de dados do tipo texto, shape-file e kml, criação de elementos dos tipo pontos, linhas e áreas, partilha de mapas, entre outros. Pretende-se ainda criar KML com o CGPR por freguesia de modo a poder identificar os prédios.	8
	Gestão interna da DGT/Exploração do gestor documental da DGT- EDOC	Formação interna na exploração do software EDOC: conceitos básicos e avançados	4

TABELA 1 – NECESSIDADES FORMATIVAS (formação interna e externa)

Unidade orgânica proponente	Ação de formação proposta (indicar caso se trate de formação externa especializada)	Conteúdo da formação	Necessidades agregadas por ação de formação (n.º formandos)
DGRI	Comunicação, liderança e desenvolvimento pessoal/Estratégias de atendimento ao público	Compreender a importância do atendimento eficaz e eficiente para a organização; saber comunicar com os clientes de forma estruturada e respeitar canal de comunicação utilizado; saber controlar o tempo de resposta garantindo a exigência de qualidade e a imagem positiva; saber utilizar a comunicação assertiva em situações de tensão; saber utilizar técnicas persuasivas na transmissão de soluções e na gestão de reclamações.	10
	QField (QGIS para Android) para recolha de dados georreferenciados;	recolha de dados georreferenciados;	10
	Análise de PRA	Enquadramento legal no âmbito do exercício da atividade de cadastro predial. Enquadramento legal dos diplomas relacionados ou incidência sobre a situação jurídica dos prédios. Enquadramento legal da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo. Enquadramento legal do ordenamento do território e de urbanismo. Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação. Formação na área regulamentar no âmbito de Proteção de dados,	10
	SIG	Formação Avançada em edição e análise espacial de SIG em Qgis	6
	Office	Formação intermédia em Microsoft Office (Excel, Word)	9
	Administração SGBD	PostgreSQL - Administração e Optimização	1
	Segurança da Informação	Segurança nos Sistemas Windows	2
	Operação de Sistemas	Windows 10 - Troubleshooting e Resolução de Problemas	1
	Programação Avançada	Java SE 7 – Programação	2
DSPRI	Gestão do tempo e da produtividade (INA)	Promover o equilíbrio entre a vida profissional, pessoal e familiar, visando melhorar o índice de bem estar no trabalho em serviços públicos.	Todas as carreiras
	Conciliação da vida profissional, pessoal e familiar (INA)		Todas as carreiras
	Organização do trabalho (INA)		Todas as carreiras

TABELA 1 – NECESSIDADES FORMATIVAS (formação interna e externa)

Unidade orgânica proponente	Ação de formação proposta (indicar caso se trate de formação externa especializada)	Conteúdo da formação	Necessidades agregadas por ação de formação (n.º formandos)
DRAJ	Um ano de jurisprudência administrativa	Jurisprudência dos Tribunais em matéria administrativa.vg. Em matéria de Urbanismo e Ambiente	1
DSGCIG	Point Cloud Processing -Institute for Photogrammetry, University of Stuttgart and EuroSDR	Themes of the event include: Hardware Acquisition of point cloud data and its developments Intelligent generation of training data visualization Multi-Modal data processing of LiDAR data and imagery Semantic segmentation and classification Applications and use-cases from practice	2
	Folha de cálculo – análise e gestão de dados (INA)	Compreender e desenvolver os conceitos fundamentais e técnicas de análise e gestão de dados com o Excel, otimizando a utilização de fórmulas e funções para produzir informação fiável de forma rápida e eficaz.	26
	Técnicas de redação on-line: sites, intranet, e-mail, newsletter e redes sociais (INA)	Conhecer e aplicar as regras de redação para um ambiente multimédia e alinhadas com os princípios do Português claro; Aplicar técnicas adequadas para construir conteúdos escritos online com impacto, nos diferentes suportes on-line (Sites, Intranet, E-mail, Newsletter e Redes Sociais); Gerir e dinamizar a evolução das publicações online da organização.	9
	Ferramentas de colaboração on-line para regime de teletrabalho (INA)	Conhecer e explorar ferramentas de apoio ao trabalho colaborativo on-line realizado em regime de teletrabalho.	32
	Edição de folhas de cálculo (nível intermédio) (INA)	Desenvolver aptidão para o uso de funções e integração das mesmas em fórmulas complexas por forma a resolver desafios complexos, consolidando práticas de uso da	26
	Edição de folhas de cálculo (nível avançado) (INA)	ferramenta Excel por forma a influenciar procedimentos que se pretendem mais ágeis, mais dinâmicos e mais rigorosos.	20

TABELA 1 – NECESSIDADES FORMATIVAS (formação interna e externa)

Unidade orgânica proponente	Ação de formação proposta (indicar caso se trate de formação externa especializada)	Conteúdo da formação	Necessidades agregadas por ação de formação (n.º formandos)
DSGCIG	Power bi: elaboração de dashboards (inicial) (INA)	1. Aprofundar os conhecimentos no uso de funções e funções avançadas. 2. Cenarização e simulação de dados. 3. Introdução às Macros.	14
	Introdução ao QGIS (formação interna - DGT)		32
	ARMAZENAMENTO E PARTILHA DE DOCUMENTOS NA NUVEM - INA		1
	INTRODUÇÃO À INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL - INA		1
	Bases de dados geográficas - NaturalGIS		17
	Cartografia Avançada e DataViz com QGIS - NaturalGIS		28
	Análise e geoprocessamento SIG com QGIS, NaturalGIS		17
	WEB Mapping com QGIS - NaturalGIS		3
	PROGRAMAÇÃO PYTHON/QGIS - NaturalGIS		4
	Exploração de informação em grandes volumes de dados - Cite-forma		4
DSGCIG	eDOC		28

TABELA 1 – NECESSIDADES FORMATIVAS (formação interna e externa)

Unidade orgânica proponente	Ação de formação proposta (indicar caso se trate de formação externa especializada)	Conteúdo da formação	Necessidades agregadas por ação de formação (n.º formandos)
DSGCIG	"Recent Lidar Technologies Tutor: Gottfried Mandlbauer (TU Vienna) - EuroSDR"	The course tackles the recent progress in Airborne Laser Scanning (ALS), the state-of-the technique for 3D mapping of topography and shallow water bathymetry, including the following topics: (i) point density and spatial resolution: Higher scan rates in the MHz range increase the point density, which leads to an increased spatial resolution if, in addition, the laser footprint sizes match the point-to-point distance; (ii) full waveform analysis: State-of-the-art FWF processing techniques enable higher measurement precision and better target characterization; (iii) multispectral laser scanning: Scanners using laser wavelengths facilitate point classification by exploiting the radiometric content of the captured data; (iv) hybrid sensors: Scanners and cameras mounted on the same platform enable joint data orientation and processing of laser scans and image blocks; (v) single Photon LiDAR: These new mapping sensors provide a higher area coverage performance at the prize of lower accuracy and higher outlier rate requiring robust point cloud filtering techniques; (vi) topo-bathymetric LiDAR: Beyond charting shallow coastal areas, laser bathymetry evolved to a powerful tool for high-resolution mapping of the entire littoral area; (viii) UAV-LiDAR: Sensor miniaturization and progress in aviation technology has opened new close-range airborne applications due to the integration of lightweight LiDAR sensors on Unmanned Aerial Vehicles.	2
	"Working with Volunteered and Crowdsourced Geographic Information Tutors: Peter Mooney (Maynooth University) and Levente Juhász (Florida International University) - EuroSDR"	Up to recently, geographic data was exclusively available from authoritative sources such as National Mapping and Cadastral Agencies, professional companies, etc. The rapid emergence of Volunteered Geographic Information (VGI) and Crowdsourced Geographic Information (CGI) has challenged and changed this situation. VGI and CGI have transformed from being considered 'disruptive' and poor quality to well-known mainstream data sources used widely in industry, research, and other applications. The goal of this course is to introduce participants to VGI (and CGI), the current state-of-the-art research in these areas, methods for obtaining VGI/CGI data (API sources, processing GeoJSON, etc), and advanced topics such as assessment of the quality of these data. Participants are informed that a basic knowledge of a programming language is required to complete some practical exercises and assessments. Free and open-source software and openly accessible VGI/CGI will be used.	2
	3D Point Cloud Classification for Mapping Purposes Tutors: Michael Koelle, Norbert Haala (University of Stuttgart), Eleonora Grilli and Fabio Remondino (Fondazione Bruno Kessler) - EuroSDR	In recent years, point cloud processing techniques have been extensively investigated in the research community for various applications, and some commercial solutions start to be frequently used in daily practices. In particular, geospatial point cloud classification methods hold an important place, as assigning semantic information to 3D geodata allows for widespread use of such geospatial data. The course will present the latest developments and solutions for 3D point cloud classification, with particular emphasis on mapping needs, activities and purposes. Theoretical aspects and practical work will be coupled in order to provide a comprehensive and complete overview of the topic. Starting from a brief overview on Deep Learning approaches to be used for the classification of orthoimages and DSM, the course will then focus on point cloud features, which can be made available	2

TABELA 1 – NECESSIDADES FORMATIVAS (formação interna e externa)

Unidade orgânica proponente	Ação de formação proposta (indicar caso se trate de formação externa especializada)	Conteúdo da formação	Necessidades agregadas por ação de formação (n.º formandos)
DSGCIG		for airborne scenarios. The final part will then discuss and showcase state-of-the-art Deep Learning approaches specifically tailored for the semantic segmentation of 3D airborne point clouds.	
	Análise de redes e transportes - IGOT	Apresentação de alguns algoritmos de resolução de problemas de transportes. Analisar redes de transportes em SIG: os princípios de modelização de redes de transportes, a geometria e as bases de dados. Modelação de redes de transporte simples e multimodais.	1
	Sistemas de informação geográfica municipais - IGOT	Identificar as competências e estratégia de um SIG Municipal. Reconhecer a natureza específica da informação geográfica municipal. Identificar os projetos de informação geográfica de apoio à Administração Local. Resolver um problema suportado na modelação em SIG numa filosofia de projeto integrado com integração de TIC.	1

TABELA 2 – CAPACIDADES FORMATIVAS (formação interna)

Unidade orgânica proponente	Área da formação	Ação de formação proposta	Formadores propostos	Conteúdo da formação	Destinatários (por carreiras/trabalhador)	Carga horária prevista
DGRI	Gestão documental	EdocLink para utilizadores	Patrícia Alves - Rui Cavaco	Procedimentos de operação sobre a aplicação de gestão documental Edoclink	Técnicos superiores / Técnicos	6 horas
DGRI	Informática / Base de Dados	Base de Dados e Acess	Rui Cavaco - Patrícia Alves	Introdução ao conceito de base de dados relacionais e da aplicação Access	Técnicos superiores / Técnicos	11 horas
DRC	SIG - Cadastro	QGIS - Conservação do CGPR em formato vetorial	Luis Antunes e Ricardo Amaral	Ferramentas para conservação dos dados vetoriais do CGPR usando software opensource Qgis	Assistente Técnicos e Técnicos Superiores	14 horas
DSIC	Cadastro Predial	Normas e Especificações Técnicas de Cadastro Predial	PM	Enquadramento das nova NETCP face aos recentes desafios - TCPs e BUPi	AT e TS da área do cadastro da sede e DRs	7 horas
DSGCIG	SIG	Introdução ao QGIS	André Serronha	Exploração do software SIG Desktop QGIS nas seguintes vertentes: • O ambiente de trabalho QGIS: ambiente gráfico e principais funções; • Visualização de layers (camadas); • Tabela de atributos; • Simbologia; • Layouts; • Edição de dados; • Utilização de módulos (plugins); • Georreferenciação de imagens.	Técnicos Superiores e Assistentes Técnicos	21 horas



Rua Artilharia Um, 107, 1099-052 Lisboa, Portugal
Telefone: (+351) 21 381 96 00 | www.dgterritorio.gov.pt